

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Alessandra Graciosa

**A inserção dos Assistentes Sociais nos espaços de
participação política**

FLORIANÓPOLIS
2014/2

Alessandra Graciosa

As bases teóricas da inserção dos Assistentes Sociais nos espaços de participação política.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Tânia Regina Krüger

FLORIANÓPOLIS
2014/2

ALESSANDRA GRACIOSA

**AS BASES TEÓRICAS DA INSERÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS
ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra. Tânia Regina Krüger (UFSC) Presidente

Profa Dra. Michelly Laurita Wiese (UFSC) 1ª Examinadora

Assistente Social Marla Sacco Martins 2ª Examinadora

FLORIANÓPOLIS
2014/2

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por alicerçar minha fé e esperança.

Aos meus pais, Wisnard e Selma, agradeço pelos ensinamentos de amor, respeito, educação. Por fomentarem meus sonhos, iluminarem caminhos, respeitarem minhas decisões dando-me livre arbítrio a esses. Ao exemplo digno e ao caráter irreparável de conduta ética e honesta. Por me oferecerem condições de alcançar um estudo de qualidade e permanência em uma instituição de ensino federal. Serei eternamente grata.

Ao Bruno Dutra, meu amor e companheiro, por estar ao meu lado em minhas decisões, conquistas e fracassos, incentivando e acreditando no meu potencial, principalmente nesta difícil fase final da graduação.

A minha madrinha Rose e a minha eterna avó paterna Joana, que proporcionaram-me as melhores condições para manter-me na universidade.

A todas as minhas amigas, onde destaco Cíntia e Mayara Gelsleichter, que estiveram presente em minha caminhada pela universidade, oportunizando bons momentos, viagens de estudo e lazer, compartilhando inúmeras discussões acadêmicas e vivendo momentos de amizade. Momentos que serão inesquecíveis mesmo que um dia a vida nos leve para caminhos diferentes. Obrigada pela amizade sincera.

Em especial para minha amiga Isadora que tanto me apoiou com palavras confortadoras, positivas e de incentivo nesta longa caminhada da graduação.

As Assistentes Sociais Débora Martini, supervisora de estágio, e Marla Martins que proporcionaram-me os aprendizados que jamais a academia poderia me oferecer. Ensino de extrema importância para minha prática profissional, além de tornarem-se referências para a construção da profissional que pretendo ser.

A professora Tânia que foi professora, orientadora, e através destes foi mestre, abrindo novos caminhos, despertando novas habilidades e proporcionando uma reflexão profissional muito bem orientada e coerente, sendo peça fundamental na minha formação. Agradeço pelo aceite da orientação, paciência e dedicação. Minha admiração.

A todos que contribuíram no meu processo de formação pessoal e acadêmico.

Muito Obrigada!

GRACIOSA, Alessandra. **As bases teóricas da inserção dos Assistentes Sociais nos espaços de participação política**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

RESUMO

O presente trabalho visa mapear e refletir sobre as produções teóricas dos assistentes sociais publicadas no 12º e 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) que tratam do Serviço Social e participação, com vistas a produzir conhecimento que desvende a compreensão desses profissionais em relação ao tema nas pesquisas e na intervenção e contribuir como mecanismo de reflexão para a atuação profissional. A pesquisa se desenvolve através da análise bibliográfica sobre a concepção de participação e a trajetória do Serviço Social e suas bases teóricas nos espaços de participação política na primeira sessão. Na sequência, segunda sessão objetivou-se desvendar a compreensão desses profissionais em relação ao tema e como ele aparece nos espaços sócio- ocupacionais, a partir da análise dos artigos apresentados em um dos principais eventos político-científicos da profissão, os ENPESS, realizados em 2010 e 2012. Utilizou-se da técnica de análise textual da temática e apoiou-se no pressuposto de que a participação torna-se importante quando se tem como meta uma atuação profissional pautada nos princípios ético- políticos da profissão. Nesta mesma foram analisados 08 artigos e os resultados foram apresentados. Diante de tal, a pesquisa evidenciou os diferentes conceitos de participação utilizados pelas diversas áreas de atuação, sobretudo no Serviço Social, e identificou-se a necessidade de aprofundamento dos procedimentos teóricos e interventivos da profissão para o alcance do projeto profissional do Serviço social e para as transformações sociais.

Palavras-chave: ENPESS; Participação; Serviço Social.

ABSTRACT

This study aims to map and reflect on the theoretical production of social workers published in the 12th and 13th National Meeting of Researchers in Social Work (ENPESS) dealing with the Social Work and participation, in order to produce knowledge that unravel the understanding of these professionals regarding the topic in research and intervention and contribute as reflection mechanism for professional performance. The research develops through literature review on the design of participation and the trajectory of social work and its theoretical basis in political participation spaces in the first session. Following, second session aimed to unravel the understanding of these professionals regarding the theme and how it appears in the socio-occupational areas, from the analysis of papers presented at a major political and scientific events of the profession, the ENPESS, conducted in 2010 and 2012. we used the text of the thematic analysis and supported the assumption that participation becomes important when it is targeting a professional action based on ethical-political principles of the profession. At the same articles 08 were analyzed and the results were presented. Faced with this, the research showed the different concepts of participation used by several areas, especially in social work, and identified the need to deepen the theoretical and interventional procedures of the profession to the scope of the professional design and social service for social change.

Keywords: ENPESS; participation; Social Service.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	41
Tabela 2	43
Tabela 3	45
Tabela 4	47
Tabela 5	48
Tabela 6	51
Tabela 7	57

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PARTICIPAÇÃO	12
2.1 CONCEITOS DE PARTICIPAÇÃO	12
2.2 CONTROLE SOCIAL	16
2.3 O SERVIÇO SOCIAL E AS BASES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	18
3 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A PESQUISA DO SERVIÇO SOCIAL NO	
ÂMBITO DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL.....	39
3.1 OS TRABALHOS DO ENPES – PERFIL DAS PUBLICAÇÕES	39
3.2 REFERENCIAS E CONCEITOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL.....	62
REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso ora apresentado é resultado do conjunto de conhecimentos adquiridos e reflexões realizadas ao longo da trajetória do curso de Serviço Social e, mais, especificamente da pesquisa realizada acerca da atuação das bases e as tendências teórico políticas da inserção do Serviço Social nos espaços de participação política, objeto central desse trabalho. Neste sentido, tem-se o intuito de apresentar alguns elementos e reflexões a respeito da temática, com vistas a produzir conhecimentos que contribuam como mecanismo para a atuação profissional.

Os objetivos que o trabalho se propõe são : conceituar participação; reconhecer na trajetória do Serviço Social o debate sobre a participação do profissional nos espaços de participação política social; identificar os fundamentos do Projeto Ético Político para a inserção do Assistente Social nos espaços colegiados de decisão das políticas sociais; mapear e refletir sobre as produções teóricas dos assistentes sociais publicadas no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) que tratam do Serviço Social e participação, a fim de desvendar a compreensão desses profissionais em relação ao tema nas pesquisas e na intervenção; analisar as finalidades da atuação dos profissionais em Serviço Social com participação; e por fim, contribuir para repensar a atuação dos profissionais em Serviço Social junto aos processos de democratização.

Deste modo, buscamos demonstrar as principais tendências de estudo do Serviço Social sobre participação na intenção de identificar como os profissionais estão vivenciando ou pesquisando sobre esse tema, a fim de fortalecer e qualificar o exercício profissional além de promover um processo democrático.

Além do mais, foram levantados subsídios acerca da participação, com a utilização da pesquisa bibliográfica, na busca de fazer um levantamento sobre o conceito de participação, referenciada por diferentes autores como Ammann (1978), Bordenave (1983), Demo (1988), Pateman (1992), Gohn (2001), Sawaia (2001), entre outros. Estes assuntos e autores são investigados e apresentados na primeira seção.

A presente proposta de pesquisa surgiu por inquietações durante o processo de formação em Serviço Social correspondente ao período de 2010.1 à 2014.2, mais ainda, pelas inserções em espaços participativos como o Fórum Catarinense em Defesa do SUS e a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. Os fóruns de saúde e a Frente Nacional contra a

Privatização da Saúde congregam movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e projetos universitários e travam lutas em defesa da saúde pública estatal e contra a privatização. Por caracterizarem espaços que objetivam nos seus projetos contribuir para a ampliação da cidadania e exercício da democracia participativa esses correspondem ao projeto profissional do Assistente Social. Assim percebe-se um campo vasto para a atuação de profissionais em Serviço Social e, assim, questiona-se sobre a atuação desses profissionais no âmbito da participação. O que estes profissionais estão realizando para ampliar a participação? Qual a contribuição da categoria nessa área? Quais os fundamentos que subsidiam a atuação desses profissionais em espaços participativos? O que vem sendo produzido no Serviço Social a respeito dessa temática?

Assim, para observar a tendência das pesquisas realizadas pelo Serviço Social sobre participação e controle social nas políticas sociais será apresentado um levantamento realizado com os trabalhos publicados nos Anais/CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS - de 2010 e de 2012. Como procedimento de investigação, utilizamos a pesquisa bibliográfica dos trabalhos publicados nos ENPESS, e destes optamos por selecionar apenas os trabalhos que tematizaram e apresentaram a participação. E ainda, empregamos pesquisa quantitativa para ressaltar dados analisados. Contudo, para realizar o estudo preliminar sobre a participação e aproximar-se mais do assunto foi realizado pesquisa exploratória, buscando uma melhor compreensão sobre o tema proposto. Os artigos publicados no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 12 ° e 13°, foram escolhidos para conteúdo deste trabalho devido o evento ser considerado um dos maiores eventos de natureza político-científica da categoria profissional do Serviço Social. Apresentando-se como um espaço para os debates teóricos e políticos da profissão na promoção e socialização da produção do conhecimento técnico e científico da categoria e representa um espaço importante para as publicações dos resultados de pesquisas, investigações, estudos de diversos profissionais sobre as várias temáticas competentes ao do Serviço Social. Deste modo, consideramos que esses eventos constituem-se fontes relevantes de pesquisa.

Para apresentar a pesquisa foram organizados dois capítulos. A primeira seção consiste em apresentar os conceitos de participação e controle social, perpassando por autores das diversas áreas de atuação que os discutem. Nesta buscaremos ainda identificar a participação do Serviço Social na trajetória histórica e em suas bases de participação política, perpassa as considerações do Serviço Social no Brasil partindo dos movimentos de reconceitualização e redemocratização, passando pelos documentos legais referentes a profissão

até as referências de participação a partir dos anos 1990, debatendo o projeto ético político e apresentando brevemente os Parâmetros e Subsídios para a atuação do Assistente Social dentro desta temática.

Na segunda seção, serão apresentados os dados levantados e sistematizados a partir da pesquisa realizada nos artigos publicados nos ENPESS. Procurando assim identificar e caracterizar os quantitativos gerais e os eixos temáticos publicados. Num segundo momento procurou-se apresentar e refletir sobre os artigos que trouxeram de fato a temática participação correlacionando com o Serviço Social.

Ao final desse estudo, buscar-se-á apresentar considerações sobre a inserção do Serviço Social nas instâncias dos espaços de participação política, bem como algumas reflexões para o fortalecimento da profissão de Serviço Social como práxis interventiva junto aos sujeitos sociais.

2 PARTICIPAÇÃO

2.1 CONCEITOS DE PARTICIPAÇÃO

A participação é um tema clássico porém pertinente nos dias atuais. É possível encontrar inúmeros autores, estudiosos de teorias diversas que conceituam o tema e que auxiliam por toda a história da humanidade a reflexão da teoria e prática participativa. Na sociedade vigente pode se observar que a participação é circunstância da própria existência humana, pois na medida em que vivemos estamos inseridos e participamos da vida familiar, escolar, de trabalho, e atualmente das variadas redes sociais do mundo virtual, sendo chamados a todo momento para participar e assim mediar à vida social. Sobre essa ideia Bobernave (1983) considera que a participação sempre tem acompanhado a origem do homem por este não ser uma ilha e sim viver agrupado com seus iguais.

Diante disso Sawaia (2001, p. 119) exemplifica o já discorrido anteriormente em que a participação pode ser considerada como um conceito popular, por estar presente na fala de políticos, grandes empresários, professores e, inclusive, do senso comum. Logo, o uso da palavra participação é muito frequente nos meios de convívio e relações sociais.

Além do mais, de acordo com Dellari (1984) o homem é um “animal político” por consistir em um ser social por natureza necessitando se relacionar sempre com outro indivíduo, e por isso tudo que ele realiza é realizado em sociedade. O autor acrescenta ainda que todos os indivíduos têm o dever de participar da vida social, pois “a vida social ... é uma constante troca de bens e serviços, não havendo uma só pessoa que não receba alguma coisa em troca.” (DALLARI, 1984, p. 33)

Para dar sequência no presente trabalho é necessário que se questione exatamente – o que é participação? E para elucidar este questionamento recorre-se as concepções¹ encontradas no campo das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas acerca do tema participação, na perspectiva de encontrar outros termos que são associados ao tema como: política, poder, participação popular, controle social, participação da sociedade civil, entre outros.

¹

As principais referências para este primeiro momento foram as seguintes: Bordenave (1983), Dellari (1984), Demo (1988), Ghon (2011), Pateman (1992), Sawaia (2001), Souza (2004).

Inicialmente faz-se necessário apresentar algumas conceituações de participação. E, para estabelecer um conceito básico de participação é conveniente buscar por sua origem. A palavra participação por si só deriva da palavra do latim PARS, parte, e, portanto, significa fazer parte, ser parte, tomar parte, e ainda, entendida por muitos autores desta teoria como partilha do poder e do direito a intervir na formulação e decisões políticas que regem a vida em sociedade. Esses processos integram a participação em seu modelo ideal, mas não ocorrem necessariamente de modo simultâneo: podem fazer parte nas decisões, ou podem ter parte de um processo, sem ter parte do resultado. A participação pode ser considerada diretamente um exercício político, na medida em que ela nega qualquer forma de postura neutra. Mas na perspectiva da implementação dos direitos sociais a participação da população tem o sentido de fazer parte nas discussões, nas decisões, nos processos e nos resultados. (BORDENAVE 2007)

Desta forma, “[...] o termo participação se acomoda a diferentes interpretações, já que se pode participar, ou tomar parte nalguma coisa, de modo bem diferente, desde a condição de simples espectador mais ou menos marginal a de protagonista de destaque.” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO 1998, p. 888). Contudo apesar de muito se discutir o termo participação este continua sendo um enigma a decifrar.

Pateman (1992) sinaliza que a palavra participação emerge no vocábulo popular a partir da década de 1960 devido as reivindicações nas intensificações de movimentos nos países desenvolvidos. E assim tomou proporções evoluídas da palavra empregada para várias situações.

Para a maioria dos autores, apesar de suas divergentes teorias, o conceito gera um entendimento em comum entre eles, que é o de considerar a participação um processo. Assim para Demo (1988, p. 18) em sua compreensão considera a participação como conquista que remete ao sentido de processo infundável “...a partir dessa noção a participação não pode ser entendida como dádiva...como concessão...”, mas como uma conquista processual que não está acabada. Neste sentido, possui a característica de ser meio e fim, pois é ao mesmo tempo instrumento para alcançar o objetivo como é também o objetivo em si.

Compartilha deste mesmo entendimento Souza (2004), em que a participação é apreendida como processo social. “[...] é o resultado da ação de forças sociais que se constituem como tais a partir de determinantes muito diversos: de classe, de grupo, de gênero, étnicos...” (SOUZA, 2004, p. 82). A autora sinaliza ainda que este é um processo de criação e enfrentamento do homem, em que ele pensa e age sobre desafios da sua realidade social. E por isto ela a participação se “produz na dinâmica da sociedade e se expressa na realidade cotidiana

nos diversos segmentos da população” (SOUZA, 2004, p. 81). Dessa maneira a participação passa a ser entendida como questão social e assim se consolida para o enfrentamento dos desafios sociais e resulta da realidade vivenciada pelos sujeitos.

Assim como para Ammann (1978, p. 61) a participação social é um processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto de uma sociedade historicamente determinada. Inferindo que a participação manifesta-se através de um processo dialético e depende igualmente das relações sociais e das direções políticas e ideológicas do Estado. Porém, o tomar parte, é determinada nas relações conflituosas, nas lutas de classe, sendo que essas relações sociais, de dominação e de poder, podem gerar dependência social, bloqueando assim o acesso das camadas populares a contribuição das decisões relativas à sociedade, contendo todo um processo participativo. É neste contexto de relações sociais que define-se a participação “uma conquista das camadas populares ou outorgada das camadas dirigentes...nos processos decisórios da realidade social” (AMMANN, 1978, p.27). Ainda, segundo a autora (p. 25), ela assume um sentido transformador dos “mecanismos que mantêm e/ou reproduzem as desigualdades sociais”. A partir disso, a participação configura-se como uma prática cotidiana e pode ser intensificada e também reduzida pelas influências societárias determinadas pelas relações que vigoram na sociedade.

Face a este entendimento social da participação Sawaia (2001 p.117) entende que a participação é algo que está compreendido na própria essência da condição humana e que participar é “arrebatar o maior número de pessoas para diferentes objetivos coletivos, como reivindicar direitos e benefícios, criar projetos desenvolvimentistas ou revolucionários, exercer o direito do voto, fazer greves”, quando a lógica da sociedade permite. Completa ainda que discutir participação é abordar sobre concepções de sociedade de cidadania, um contexto ético-político e somente através da participação e de decisões coletivas de interesses comuns consegue-se superar as contradições existentes em nossa sociedade.

A dimensão educativa e pedagógica da participação é explicitada nas análises de Pateman (1992). O autor exalta que a principal função da participação deve ser o caráter educativo que esta exerce sobre as pessoas. Pois “a participação pode aumentar o valor da liberdade para o indivíduo, capacitando-o a ser (e permanecer) seu próprio senhor” (Pateman, 1992, p.40). Segundo o autor o processo participativo desenvolve e estimula ações individuais, sociais e políticas, assim “quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna apto para fazê-lo” (Pateman, 1992 p.39). Desta forma, por meio da ação participativa os sujeitos apreendem e exercem o sentido de práxis, constituem-se conscientes, críticos, significando a si mesmo e a

sociedade, ampliando o sentido das esferas públicas e privadas da participação.

Os autores seguintes discutem outra dimensão da participação, esta correspondente à dimensão política, que se articula na construção de interesses coletivos. Gohn (2011) indica que todos os membros da sociedade são iguais e que a participação é um meio e/ou instrumento de busca pela satisfação das necessidades dessa sociedade, na construção de uma nova realidade sem exclusões, desigualdades, injustiças, entre outros. Ela ainda reforça que “a participação é, também, luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização” (GOHN, 2011, p.16).

Para esta mesma dimensão os autores expõem que:

“Participação, antes de tudo, é a partilha do poder e o reconhecimento do direito a intervir de maneira permanente das decisões políticas (dimensão política). É também a maneira através da qual as aspirações e as necessidades dos diferentes segmentos da população podem ser expressas no espaço público de forma democrática, estando associada ao modo como esses “grupos” se percebem como cidadãos e cidadãs.” (MORONI e CICONELLO 2005, p. 6)

Outra questão pertinente à participação refere-se ao poder. Neste sentido, os autores indagam que a participação supõe uma relação de poder, não só por intermédio do Estado mas entre os próprios atores. Segundo a análise de Sawai (2011, p. 125) que é necessidade participar para não ser governado, não ser comandado e para conter “que o desejo de não ser governado de uns transforme-se em desejo de governar e o poder se personalize”. Da mesma forma Dallari (1984) argumenta que a participação intensa é necessária para que a ordem social não seja apenas a expressão dos interesses de alguns.

Embora os autores abordem diferentes gêneros, e ter encontrado diversos conceito para participação é possível dialogar entre os pensadores e a priori organizar a ideia de participação. Portanto, a partir do exposto até aqui, a participação pode ser entendida como um processo político e social realizado através de ações e decisões coletivas com objetivo de alterar estruturas sociais para consolidar e qualificar a democracia e a cidadania. Isto envolve uma participação ativa nas decisões. Participação é socialização do poder de decisão sobre algo coletivo e um bem ou serviço público. Não defendemos para as políticas sociais a participação passiva, silenciosa (cooperativas) e operacional (mutirões), mas uma participação consciente, autônoma que se vincule as necessidades coletivas de uma determinada região, de um determinado serviço ou política social ou econômica.

Assim este primeiro item esteve voltado para a discussão acerca da participação. Porém, este conceito se completa quando discutisse o controle social, devido a participação social nas políticas públicas se realiza formalmente por meio dos mecanismos de controle social.

Para que seja possível tornar os conceitos por inteiro viu-se a necessidade de discuti-lo no próximo item.

2.2 CONTROLE SOCIAL

O controle social segundo Bravo (2006) tem raiz literal na sociologia, com um significado oposto do utilizado atualmente. O termo controle social vem de uma origem conservadora e funcionalista das ciências sociais, mas passou a ser utilizado no sentido democrático, tendo como objetivo central a participação da sociedade civil na formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Segundo Correia (2007), na década de 1980

o debate sobre a participação social voltou à tona, com uma dimensão de controle de setores organizados na sociedade civil sobre o Estado. A participação social nas políticas públicas foi concebida na perspectiva do ‘controle social’ no sentido de os setores organizados da sociedade participarem desde as suas formulações – planos, programas e projetos –, acompanhamento de suas execuções até a definição da alocação de recursos para que estas atendam aos interesses da coletividade

Portanto, esse é reafirmado, segundo Raichelis(2009) o debate atual sobre o tema do controle social tem origem no contexto político dos anos 1980, no processo de transição democrática no Brasil, quando a luta pela conquista e extensão de direitos associou-se à construção democrática do Estado e da sociedade que culminou com a Constituição Federal de 1988. Momento em que diversos setores e movimentos sociais discutiam a importância dessa conquista efetivada na Constituição Federal de 1988, que incorpora combinações de mecanismos democratizantes, e entre eles a democracia participativa (conselhos de direitos e gestores de políticas públicas, conferências, audiências públicas, entre outros).”Trazem a promessa de universalização de direitos e de cidadania e de ampliação da própria noção de política como processo coletivo que diz respeito à “vida comum” dos cidadãos em uma sociedade democrática”(RAICHELIS, 2009, p.13) Assim os espaços dos Conselhos e Conferências de políticas sociais que materializam as diretrizes da participação da comunidade, vêm sendo reconhecidos desde os anos de 1990 como espaços de controle social.

Para aprofundar no conceito de controle social buscamos por trazer autores contemporâneos que discutem o assunto. Assim, para Carvalho (1995, p. 8) “Controle social é expressão de uso recente e corresponde a uma moderna compreensão de relação Estado-

sociedade, onde a esta cabe estabelecer práticas de vigilância e controle sobre aquele”. O autor discute neste sobre os Conselhos, e explana que estes se apropriam de parcela do poder de governo e devem usá-lo a favor da proposta de reforma democrática do sistema e da ampliação de seu espaço político. Por isto Carvalho (1995) os define como uma proposta contextualizada em um projeto de reforma democrática do Estado. Ainda do mesmo ponto de vista da democratização, Correia (2005), explana que o controle social deve ter como objetivo atender as finalidades sociais, ao invés de interesses privatistas.

Conforme Raichelis (1998) o controle social pode ser apreendido como uma forma de democracia direta e participativa, vinculado às formas organizativas da sociedade na fiscalização de políticas públicas. A autora ainda considera-o como um dos elementos constitutivos da estratégia política da esfera pública.

O controle Social significa o acesso aos processos que informam decisões no âmbito da sociedade política. Permite participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem as negociações e a arbitragem sobre os interesses em jogo, além do acompanhamento da implementação daquelas decisões segundo critérios pactuados. (RAICHELIS, 1998.p.40).

Correia (2007), entende o controle social partindo do conceito gramsciano de Estado, entendido na perspectiva do Estado ampliado, como um instrumento de classes sociais e não do Estado ou da sociedade. Em que o Estado incorpora demandas da sociedade e assim, ocorre à possibilidade de ser controlado por estas classes. Sendo assim, o controle social nesta perspectiva, envolve a capacidade das classes subalternas, através de lutas na sociedade, interferir na gestão pública.

É neste campo contraditório das políticas sociais que nasce um novo conceito para o controle social: atuação de setores organizados da sociedade civil na gestão das políticas públicas no sentido de controlá-las para que estas atendam, cada vez mais, às demandas sociais e aos interesses das classes subalternas. Neste sentido, o controle social envolve a capacidade que os movimentos sociais organizados na sociedade civil têm de interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses da maioria da população. (CORREIA, 2007, p.12)

Bravo (2006) ressalta que é os espaços de controle social como os conselhos não podem ser *supervalorizados* nem mesmo *subvalorizados*, pois são fundamentais para exercício das formulações de políticas públicas, porém é um espaço ocorrem conflitos, disputas pelo poder da gestão pública.

Contudo, é possível observar que o termo utilizado sobre controle social neste item foi no sentido democratizador e socializador das decisões públicas. Entendendo que o controle social deva ser o controle que a sociedade tem sobre as ações do Estado e, por consequência, sobre os recursos públicos, assim defendendo-os na direção do interesse coletivo. Portanto, as

reflexões nos leva a considerar que os mecanismos de controle social têm sua importância quando as classes subalternas sobre as ações do Estado e sobre o destino dos recursos públicos resulta nas resistências à redução das políticas sociais, à sua privatização e mercantilização, de forma a democratizar o espaço público e conquistar mudanças na cultura política.

Desta forma os conceitos de participação e controle social estão intimamente ligados ao debate e a inserção em espaços de participação política do Serviço Social. E, dessa forma, a próxima seção consistirá em analisar a trajetória do Serviço Social e o debate sobre a participação do profissional nos espaços de participação

2.3 O SERVIÇO SOCIAL E AS BASES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Para reconhecermos as bases da participação política do Serviço Social analisaremos a trajetória histórica do Serviço Social no Brasil partindo dos movimentos de reconceituação e redemocratização.

Segundo alguns dos autores¹ que discorrem sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social definem o seu significado enquanto processo de busca de uma nova redefinição da prática profissional, esta que rompe com o Serviço Social *tradicional*. No final da década de 1950 setores da categoria profissional dos assistentes sociais esboçam algumas tentativas de vinculação das ações profissionais aos processos e lutas por mudanças e reformas sociais. De acordo com Silva (2002) é importante ressaltar que neste contexto a democracia formal apareciam no cenário político movimentos populares, sindicatos mobilizados e organizados que ocupavam as ruas, opondo-se a dinâmica da acumulação capitalista.

Esses processos de mudanças, tanto profissionais pela redefinição de suas práticas quanto sociais, por democratização no desenrolar da década de 1950, decorrem do modelo desenvolvimentista que promovia um discurso que propunha a saída do subdesenvolvimento, do atraso social do país com a urbanização e a industrialização desse. E para tal ação os Assistentes Sociais, situados como técnicos que já tem uma vivência no tratamento com a população, foram os agentes da ação de mobilização da população para a participação. Neste momento a participação aparece como resposta às questões que o desenvolvimento punha, e seu sentido é o da organização do agir, um instrumento operacional para a organização da

¹ Netto(1996); Silva e Silva(2002); Iamamoto (1997)

população para auferir os objetivos do desenvolvimento, ou seja, de forma pedagógica a população mudaria seus hábitos para que assim fosse possível ampliar as condições de produção e de consumo. Contudo a não realização das reformas de base e demais promessas que viriam a satisfazer algumas necessidades fundamentais da população, o modelo desenvolvimentista excluía cada vez mais a classe trabalhadora dos benefícios do modelo e das decisões da política nacional. (BAPTISTA, 1987)

Nesse contexto de novas propostas de práticas profissionais, a participação para o Serviço Social ganha outra perspectiva com as propostas de Desenvolvimento de Comunidade – DC – nos marcos da ideologia desenvolvimentista². Para Baptista (1987, p.89) a participação ganhou prestígio e espaço dentro e fora da profissão com a expansão da ideologia desenvolvimentista, passando a ser mais que uma atitude, e sim um espaço programático. Desta forma o DC passa a constituir-se na elaboração de um plano de intervenção profissional e dos programas de governo para integração social, promoção social e superação da marginalização. Gradualmente a ideia central do desenvolvimento foi-se comprovando fictícia, de interesses contraditórios e conflitantes. Portanto a participação passa a ser percebida como uma luta pela hegemonia das classes subordinadas e não mais entendida como uma participação outorgada e decorrida basicamente do consentimento do Estado e de instituições admitindo a participação da população apenas em programas executados. Logo, com a desmistificação do ideal desenvolvimentista, estes processos participativos entravam em confronto com projetos sociopolíticos diferenciados e viabilizavam processos mais críticos e permitiram o Serviço Social pensar um projeto profissional alternativo, desencadeando o Movimento de Reconceituação. (BAPTISTA, 1987)

Imergindo a década de 1960, expressam-se no Serviço Social duas dimensões segundo Souza (1997). A primeira delas é a dimensão conservadora, a qual o Serviço Social é cada vez mais requerido pelo Estado, na atuação referente as disfunções individuais e sociais, baseando-se em teorias sociológicas como o funcionalismo e positivismo e utilizando-se do Serviço Social de Caso e de Grupo. E a segunda dimensão se trata da mudancista, influenciada por cristãos de esquerda, utilizando-se da conscientização e politização, cujos assistentes sociais posicionam-se e engajam-se ao MEB – Movimentos de Educação de Base, iniciando um trabalho de alfabetização, animação popular e sindicalização. Silva (1995, p. 29) evidencia alguns trabalhos conjuntos a Paulo Freire, “despontando o emergir de uma nova prática

² Esta ideologia se vincula a uma concepção de desenvolvimento fundado na teoria da modernização, expansão econômica e internacionalização da economia com equidade social. (Abreu, 2002)

profissional questionadora do status quo”, apontando que nesse período os problemas sociais eram enfrentados por medidas de extensão da educação. Momento este que pode ser reconhecido como o primeiro momento de democracia no país, marcado pelo surgimento de sindicatos e associações que ganharam uma expressão nacional importante na época.

Esta década é um momento em que ocorram questionamentos crítico da realidade vivida pela sociedade e, nesta a prática profissional. Uma parcela da categoria profissional com posições progressistas questionava a direção do Serviço Social, mas não tiveram condições de modificá-la. Nessa década, esta conjuntura começou a se transformar, surgindo um debate na profissão questionando o seu conservadorismo. Essa discussão não apareceu isoladamente de forma singular, mas amparada na ampliação de seu universo teórico pelas questões levantadas no campo do conhecimento das ciências sociais e humanas. Assim os assistentes sociais se aproximam de algumas temáticas incorporadas a seu discurso e prática das categorias comuns aos pensadores marxistas. Mas envolvida, principalmente, em torno da temática do desenvolvimento e de suas repercussões na América Latina. (Bravo, 1996).

Esses componentes, aliados às fortes pressões dos movimentos populares que se organizavam... mobilizou forças internas da categoria dos assistentes sociais para uma ação no sentido da renovação de sua prática, de articulação de novas respostas que atendessem àquelas pressões sob um novo prisma, sob uma nova maneira de ver o mundo e as relações. (BAPTISTA, 1987, p.100)

Porém, os projetos e manifestações de perspectiva crítica do Serviço Social *tradicional* sofreram uma retração, como todos os demais movimentos de natureza social nos anos de 1960. O golpe do regime político-militar de 1964 promoveu a neutralização dos protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado, reaparecendo apenas nas décadas seguintes.

Os anos 60, ao longo dos quais se processou um agravamento do quadro político nacional, encontraram o Serviço Social recuado do cenário histórico, produzindo e reproduzindo práticas incapazes de se somarem aos esforços de construção e preservação de espaços democráticos em uma sociedade oprimida por uma ditadura militar (MARTINELLI, 2005, p. 142).

O Serviço Social busca, então, o rompimento com a prática profissional exercida até meados da década de sessenta, prática essa denominada por Netto (1996) de direção interventiva e cívica carente de elaboração teórica. A ruptura com essa prática tem suas bases, também, na laicização do Serviço Social. Segundo o autor a laicização, com tudo o que implicou e implica, é um dos elementos caracterizadores da renovação do Serviço Social, através das elaborações teóricas, dos debates teórico-metodológicos a partir da inserção profissional no âmbito universitário. Para Iamamoto (1997, p.177):

o que está em jogo é uma perspectiva teórico-metodológica que, ilumina as possibilidades de ação, atualiza-se na apropriação do movimento real, densa de historicidade. Teoria que não 'se aplica' ao real, mas fornece parâmetros para uma análise criativa que recupere as especificidades do processo de formação da sociedade nacional, dos movimentos e inflexões conjunturais, dos atores e forças políticas aí presentes.

É a partir de uma consciência crítica profissional, por meio da ruptura da alienação, que se pôde perceber o caráter conservador, subordinado e burguês exercido até então, tendo práticas complexas e contraditórias, no mundo capitalista. No ano de 1965 inicia-se, um movimento interno da profissão, denominado de *Movimento de Reconceituação* que propunha novas formas da prática profissional, agora identificada com os interesses das classes subalternas³. Como explica Faleiros (1987, p.51), “esse movimento reflete as contradições e confrontos das lutas sociais onde embatem tendências de conciliação e de reforma com outras de transformação da ordem vigente no bojo do processo revolucionário e ainda com outras que visam apenas modernizar e minimizar a dominação.”

Em 1965, acontece o primeiro Seminário Latino-Americano de Serviço Social, na cidade de Porto Alegre, considerado um marco inicial do *Movimento de Reconceituação* e um redimensionamento da profissão. O Serviço Social buscou conhecer a realidade latino-americana e constituir um projeto profissional voltado a essa realidade, se desvencilhando da influência europeia e norte-americana. Após este importante evento para o Serviço Social o 2º Código de Ética profissional do Assistente Social foi definido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais. Nesse já é possível identificar as características da ideologia desenvolvimentista modernizadora e do Desenvolvimento de Comunidade indicada no artigo 9º, capítulo dos deveres fundamentais, que “o assistente social estimulará a participação individual, grupal e comunitária no processo de desenvolvimento, propugnando pela correção dos desníveis sociais. (CFESS, 1965, p.2)

Para Netto (1996), o que ocorre é um processo de renovação distribuído em três direções principais: a) a *perspectiva modernizadora* que adéqua o Serviço Social às ideias desenvolvimentistas do pós-64 e à autocracia burguesa, em que a atuação profissional privilegia a remoção de obstáculos e solução dos problemas, por meio de um conjunto de técnicas sociais; b) a *reatualização do conservadorismo* que recupera o pensamento funcionalista e positivista

³ A noção de classes subalternas utilizada nesse instrumento é a formulada por Carmelita Yazbek (2006 p. 61-74). A autora constrói um conceito que dá conta tanto dos incluídos, como dos excluídos do mercado formal de trabalho, o que permite contemplar as diferenciações internas das classes subalternizadas. Uma análise que privilegia “a condição de dominação, de exploração e de exclusão do usufruto da riqueza socialmente produzida”. Contudo, vale mencionar que este não era o conceito utilizado nos anos 1960.

conservador, os profissionais partiam do entendimento da prática profissional como ajuda, mas agora com um cariz de modernidade, com aportes teóricos que pudessem interpretar adequadamente e compreender as necessidades do indivíduo; c) a *intenção de ruptura* que revela a oposição ao legado tradicional conservador, bem como a não aceitação da vertente modernizadora, se aproxima da tradição marxista e busca romper com este histórico conservador (NETTO, 1996).

Foram as elaborações teóricas, debates teórico-metodológicos que concretizam o primeiro momento do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil. O Encontro de Araxá, realizado em 1967, seguido futuramente, em 1972, pelo Encontro de Teresópolis também marcam essa passagem. Como também o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS⁴, realizado em Florianópolis em 1970, onde foi apresentado o primeiro trabalho da Reconceituação no Brasil, por professores de Belo Horizonte que elaboraram uma nova proposta para a formação profissional. Logo, essas produções textuais desenvolvidas são de extrema importância devido explicitarem o desenvolvimento profissional e suas reflexões da perspectiva da modernização conservadora.

Na década setenta a *modernização conservadora* será posta em questão por parte de um segmento profissional tradicionalista resistente ao movimento de laicização da profissão. Este segmento de vinculação católica, segundo Netto (1996, p. 157) resiste às inovações introduzidas pela perspectiva modernizadora, com seu empenho em legitimar-se assimilando decididamente as referências teórico-ideológicas do pensamento estrutural-funcionalista. Para essa segunda direção do processo renovador o autor a nomeia como perspectiva de *reatualização do conservadorismo*. “Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão (...) repudiando à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético de raiz marxiana” (NETTO 1996, p.157).

No entanto, a *reatualização do conservadorismo* foi defrontada pelos ideários da perspectiva da, denominada por Netto (1996), *intenção de ruptura*. Diferente das demais direções a intenção de ruptura consiste em uma crítica sistemática ao desempenho e aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos tradicionais. Esta que retoma o anseio do rompimento com o Serviço Social *tradicional* desde o fim da década de cinquenta é dificultada subitamente, como já mencionado anteriormente, pelo golpe militar. Pois, apesar dessa vontade de parte dos profissionais ter sido adiada, o movimento se deu de forma oculta, principalmente no espaço

⁴ Posteriormente, em 1998, renomeada ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

acadêmico, explorando o marxismo e suas vertentes sendo este um gesto imprescritível para o projeto de ruptura. A intenção de ruptura tomou monta no âmbito universitário, já que neste espaço era possível a interação intelectual entre os assistentes sociais e os especialistas investigadores de outras áreas, sem a submissão às exigências e controles das instituições e organizações.

Como nos demais espaços temporais, o movimento de ruptura é resultado, não somente das vontades dos protagonistas que a este pertence, mais também, das modificações sofridas pela sociedade brasileira que vive um ápice da crise da autocracia. Nesse momento efetivasse novamente como protagonistas: a classe operária e outras camadas trabalhadoras, as entidades sindicais, e seus aliados, que vem se impor como reação às profundas desigualdades sociais, à opressão e à exploração da grande parte da população pela burguesia nacional, sendo estas aprofundadas nos últimos vinte anos de governo militar. Portanto, “as bases sociopolíticas da perspectiva da intenção de ruptura estavam contidas e postas na democratização e no movimento das classes exploradas e subalternas”, que retomam intenções rompidas pela ditadura militar (NETTO 1996, p.257).

Além do mais, a gênese da intenção de ruptura se encontra em 1971 os professores da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte apresentam uma proposta de reestruturação da prática profissional com base teórica que fundamentará o suporte da ação profissional, baseada na perspectiva *dialética* do mundo, ou seja, a teoria apresenta elementos que interpretam a realidade, bem como a transformam. Esse processo caracteriza o Método BH fundamentado no materialismo histórico, na filosofia marxista, bem como nos conceitos definidos, defendidos e fundamentados por Paulo Freire (BARBOSA, 1997).

Assim, na segunda metade dos anos setenta o Serviço Social ao se apropriar-se de um tipo de produção intelectual, especificadamente a vertente marxista, através do movimento intelectual e estudantil reconhece na realidade da sociedade brasileira a teoria apreendida anteriormente, tanto que a categoria profissional articulou com o amplo processo organizativo da sociedade. E é neste contexto que a identidade da profissão ganha uma nova dimensão, conseguindo se identificar como um staff⁵ detentor de um projeto profissional construído com base em uma consciência política coletiva do papel que deveriam desempenhar na totalidade do processo social, ingressando no universo do movimento operário. (MARTINELLI, 2005) Desta forma o projeto profissional se consolida no reflexo da realidade concreta, nos movimentos da luta de classe, contradições, na busca pela aproximação com as classes

⁵ Staff: Grupo qualificado de pessoas que se supõe que possuam aptidão ou competência. (Michaelis, 2009)

populares, na *intenção de ruptura* com o Serviço Social *tradicional*, sendo este um marco referencial para as novas práticas profissionais: a prática política.

Portanto foi após o rompimento com o *tradicional* que a categoria profissional conseguiu ampliar sua base crítica produzindo novas alternativas de prática. Segundo Martinelli (2005, p. 151) uma nova dinâmica para o exercício profissional, baseando-se na ação coletiva “cuja prática contenha um firme desejo revolucionário, e uma convicção de que as pessoas são capazes de transformar a realidade, como seres histórico-sociais e membros de uma classe articulada”.

Na passagem desse contexto de resistência à ditadura rumo à construção democrática do Estado e da sociedade civil, foi um período de grande mobilização política, como também de aprofundamento da crise econômica que se evidenciou na ditadura militar. Nesta conjuntura de luta pela democracia na sociedade brasileira, trouxe para os assistentes sociais a identificação político-ideológica da existência de lados antagônicos, duas classes sociais, dominantes e dominados, negando, portanto a neutralidade profissional, que historicamente tinha orientado a profissão. Esta revelação abriu na categoria a possibilidade de articulação profissional com o projeto de uma das classes, dando início ao debate coletivo sobre a dimensão política da profissão (NETTO, 1999 e BAPTISTA, 1978). Tendo o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, conhecido como “o Congresso da virada”, como marco deste processo e o vínculo da profissão com movimento dos trabalhadores em que os assistentes sociais passaram a estabelecer uma relação de participação, que buscava que o sujeito refletisse o seu vivido para se libertar. Segundo Guerra (2009) foi a partir desse Congresso que se dispararam os seguintes processos de mudança no Serviço Social: ampliação e laicização da profissão; vinculação sócio-política com a classe trabalhadora; inserção acadêmica e científica da profissão; militância política na profissão contra a ditadura; criação de uma proposta metodológica de trabalho; desenvolvimento das entidades organizativas da profissão – conselhos regionais e o conselho federal mudança no perfil profissional.

A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional (NETTO, 1999, p.10).

Nasce um novo projeto do Serviço Social, por meio da contestação ao conservadorismo profissional, advindo das décadas de 1970 e de 1980, período este que marca um momento importante no desenvolvimento da profissão no Brasil, acentuado principalmente pelo enfrentamento e pela denúncia deste conservadorismo. É neste processo de recusa e crítica

ao conservadorismo que se encontram as origens de um novo projeto profissional, a base do que se denominou nos anos de 1990 de Projeto Ético Político.

Contudo, em 1983 a 1984 os movimentos sociais se articulam e se unificam em torno do movimento diretas-já em contraposição a ditadura militar. Esse período polariza as ações do Serviço Social: de um lado, o Estado pressiona a profissão para a modernização técnica e as ações de mediação entre a assistência e seus benefícios e, por outro lado, os movimentos sociais colocam novas demandas ao Serviço Social na busca de apoio aos seus esforços de organização e no sentido de repassar os serviços e programas considerando suas reais necessidades, inclusive de sobrevivência material, numa perspectiva crítica que possa contribuir para o avanço da luta organizativa desses movimentos (SILVA, 1995, p. 39).

O Serviço Social, através da constituição de diferentes alternativas de atuação, segue a direção da intervenção por mudanças estruturais na sociedade que vem acompanhada pela própria organização da sociedade. Entretanto, esse contexto é marcado por uma crise estrutural repercutindo no econômico, no social e no político. Silva (1995, p. 45) infere que “essas condições impõem profundos desafios aos esforços e ao movimento em torno da construção de alternativas profissionais que sejam capazes de garantir uma nova legitimidade para a profissão”.

A redemocratização é composta pelo processo constituinte instituído em 1986 até 1988 quando a nova Constituição entra em vigor, contexto no qual a luta política é expressiva e envolve amplos setores da sociedade brasileira. A constituinte cria espaços institucionais de participação e meios de negociação referente às propostas das organizações para comporem a carta magna. É inegável que a Constituição trouxe grandes inovações como: ampliação dos direitos sociais, universalização de acesso aos serviços sociais, comprometimento do Estado e da sociedade no financiamento do sistema, descentralização política, participação popular entre outros (SILVA, 1995).

O novo projeto profissional foi amplamente discutido e coletivamente construído ao longo de duas décadas. E como tal, tem uma determinada direção social que envolve valores, compromissos sociais e princípios que estão em permanente discussão exatamente porque participante que é do movimento vivo e contraditório das classes na sociedade. (REIS 2004) E segundo Iamamoto (2009, p. 50) esse projeto é fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil em um cenário de ascensão dos movimentos sociais, das mobilizações em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, entre outras manifestações.

Segundo afirma Yazbek (2000) o referencial marxista, a partir dos anos 1980 e 1990,

inspirará o pensamento e a atuação da profissão. Surge a partir daí, com a apropriação do pensamento de Gramsci e suas abordagens sobre o Estado, sociedade civil, ideologia, hegemonia, subjetividade e cultura de classes subalternas, chegando a outros autores como Agnes Heller e a problematização do cotidiano, Lukács e o ser social no trabalho, Thompson e as experiências humanas, dentre outros que fomentarão a formação do assistente social e seu processo teórico-metodológico, um novo momento profissional, a ruptura com o conservadorismo e o avanço na produção do conhecimento.

Na década de 1980 ocorre uma renovação ética da profissão, que irá se desenvolver na década seguinte através de um posicionamento ideopolítico, bem como por meio da capacitação ética. É no contexto da redemocratização e da intenção de ruptura que surge o Código de Ética de 1986, vem na contraposição do modelo vivenciado até este momento e buscou romper com as características conservadoras, fundamentado na concepção marxista, sem aprofundamentos sobre os escritos de Marx, limitando-se ao conceito de classe social, tendo em vista que a ruptura com a ética tradicional tem seu marco histórico e documental nesse. Representando um grande avanço e propondo que o profissional de Serviço Social tenha um conhecimento crítico da realidade política e social, além de condições de elaborar, gerir e decidir a respeito de políticas sociais e programas institucionais, conforme afirma Barroco (2004). Mas, agora, diferentemente dos Códigos anteriores de 1965 e 1975 com caráter controlador e normativo de bases no humanismo cristão, no positivismo e neotomismo, o Código de Ética de 1986 caracteriza-se como uma primeira tentativa, que segundo Reis (2004), legítima e legal da inversão ético-política do Serviço Social brasileiro, atrelando seus compromissos aos da classe trabalhadora, recusando a neutralidade na prática profissional e reconhecendo a dimensão política dessa prática.

O Código de Ética de 1986 já expressava um radical avanço no que concerne ao compromisso da profissão com a classe trabalhadora sendo representada em seus manuscritos os novos pressupostos, como o da participação, tanto dos profissionais que reconhece um novo papel de competências teórica, técnica e politicamente, como dos seus usuários. “A categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e a-crítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe...” (CFESS, 1986, p.1). Essa dimensão aparece logo no início do documento com os princípios fundamentais do Código de Ética do Código de Ética de 1986:

- O privilégio ao desenvolvimento de práticas coletivas e o incentivo à participação dos usuários no processo de decisão e gestão institucional.

- O apoio e/ou a participação nos movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora. (CFESS, 1986, p.2)

Logo, também aparece claramente a concepção de participação instalada nos capítulos do Código de Ética referentes aos direitos, deveres e relações do Assistente Social:

- Participação na elaboração das Políticas Sociais e na formulação de programas sociais;
- Participação em manifestações de defesa dos direitos da categoria e dos interesses da classe trabalhadora;
- Participação nas entidades representativas e de organização da categoria;
- Democratizar as informações disponíveis no espaço institucional, como dos mecanismos indispensáveis à participação social dos usuários;
- Privilegiar práticas coletivas com os usuários no sentido de possibilitar a sua participação no processo de decisão e gestão institucional; (CFESS, 1986, p 2-10)

Assim o Código de 1986 apresentou significativas conquistas que foram asseguradas na década seguinte no Código de 1993.

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade – aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas à Profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional. (CFESS, 1993)

O processo de solidificação do projeto ético-político está localizado na década de 1990 que explicita a maturidade da profissão, por meio de um significativo número de centros de formação (pós-graduação), que ampliou a produção de conhecimentos, bem como a participação da categoria profissional em fóruns de debates, conferências, seminários, entre outros espaços políticos. (BARROCO, 2004 p.28) Além do mais de acordo com Guerra (2005) a movimentação entre espaços políticos, o desenvolvimento acadêmico, pesquisas publicadas, entre outros, resultou em um reconhecimento do Serviço Social como área de produção de conhecimento por órgãos oficiais de incentivo a pesquisa.

Segundo Raichelis (1998) o cenário político da década de 1990 traz mudanças importantes na luta pela democratização do Estado. São novos protagonistas, sujeitos sociais que entram em cena política, redefinido o cenário das lutas sociais no Brasil, apresentando desdobramentos importantes no caminho das ações coletivas. A autora ainda afirma que esta

Dinâmica social introduz novas contradições, à proporção que organizações populares

e instituições da sociedade civil ganham visibilidade e legitimidade a partir da definição de instrumentos democráticos de participação política que, ao se efetivarem, apontam a necessidade de aprofundar os processos de participação social e política. (Raichelis, 1998 p.75)

Assim, neste processo mobilizador ao longo da década de 1990 o tema de participação da sociedade na coisa pública ganha novas dimensões no âmbito das políticas sócias e também para o Serviço Social. Ainda neste período de democratização do Estado, a categoria profissional trouxe para o debate a crise da modernidade e dos paradigmas nas Ciências Sociais, classes sociais e movimentos sociais, seguridade social, pluralismo e formação profissional, transformações no mundo do trabalho, projeto neoliberal, fundamentos sócio-históricos da ética e defesa de direitos. Todas as diretivas norteadoras do projeto profissional, construídas ao longo das décadas de 1980 e 1990 a partir dos diversos debates, congressos (tais como o Congresso Brasileiro de Serviço Social), seminários, oficinas, enfrentamentos políticos em defesa da democracia e da ampliação dos direitos civis e sócio-políticos, entre outras manifestações de luta, se desdobraram no Código de Ética de 1993, bem como em avanços introduzidos nas diretrizes curriculares do Serviço Social aprovadas em 1996, resultado desses intensos debates, que agregaram as esferas de formação e do exercício profissional (IAMAMOTO, 2004).

O Código de Ética de 1993 se caracteriza como um dos instrumentos que dá materialidade ao projeto ético-político profissional e solidificação à ideia de comprometimento profissional com a classe trabalhadora, bem como com os movimentos sociais desencadeados no contexto da elaboração da promulgação da Constituição Federal de 1988 (REIS 2004).

O contexto histórico em que nasce o Código de Ética de 1993 e o projeto ético-político profissional é marcado pela insatisfação da sociedade brasileira da época. Nos anos 1990 a ética é clamada pela sociedade, tendo em vista a conjuntura política e econômica. Após a aprovação do Código de Ética de 1993, a categoria profissional passa discutir mais sobre a questão da ética profissional e suas implicações, tendo por base a realidade brasileira. Com esse o Serviço Social constituiu democraticamente a sua normatização, que dispõe de um caráter de obrigatoriedade, ao estabelecer direitos e deveres do assistente social segundo princípios e valores humanistas, guias para o exercício cotidiano.

Conforme Barroco (2004) é a partir do novo Código que o projeto profissional começa a ser tratado como projeto ético-político, em que o ético e o político juntamente são incorporados e compreendidos pelo corpo profissional que apresenta um grau de maturidade, porém esses obtêm naturezas ontologicamente distintas. Para esses supõem uma fundamentação

do corpo filosófico do saber anteriormente não alcançadas pelo Serviço Social devido à ausência de debates e literaturas capazes de contemplar instrumentos metodológicos para a compreensão para as reflexões das vertentes marxianas. A autora afirma ainda que a categoria profissional buscou consolidar hegemonicamente o projeto profissional em que a ética foi posta como eixo central e fundamental.

Conforme afirma Abramides (2007) foi na década de 1990, adentrando nos anos 2000, que o projeto profissional adquiriu maturidade teórica, bem como reuniu um conjunto de leis e regulamentos que o nutriu legalmente. A Constituição Brasileira de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8060/90), a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/90), a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8742/93), a Lei que regulamenta a profissão (Lei 8662/93) que legitima os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social, bem como define competências e atribuições privativas do assistente social, as novas Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social (1996) são basicamente os aspectos constitutivos que deram materialidade ao projeto ético-político profissional.

Reis (2004) indica três dimensões articuladas entre si que materializam o projeto ético-político: a) a dimensão da produção de conhecimentos do Serviço Social, local onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional, é a dimensão investigativa da profissão que tem como parâmetro a afinidade com as tendências teórico-críticas do pensamento social; b) a dimensão político-organizativa da categoria é o *locus* em que se assentam os fóruns de deliberação, as entidades representativas da profissão (o conjunto CFESS/CRESS Conselho Federal e Regionais de Serviço Social) a ABEPSS e as demais associações político-profissionais, além do movimento estudantil representado pelos Centros e Diretórios Acadêmicos e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO); c) dimensão jurídico-política da profissão que traz o aparato jurídico-político e institucional da profissão, envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos, nessa dimensão existem duas esferas diferenciadas, porém articuladas, o aparato político-jurídico de caráter estritamente profissional (determinados componentes construídos e legitimados pela categoria, como por exemplo, o atual Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e as novas Diretrizes Curriculares conforme mencionamos anteriormente), e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente das leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988.

O novo currículo implementado pelas escolas de Serviço Social a partir dos anos 2000, a partir das diretrizes da ABEPSS de 1996, apresenta o desenvolvimento concreto no

projeto de formação profissional dos assistentes sociais, em que a prática de ensino deve ser pautada em princípios transformadores, comprometidos com uma pedagogia crítico-social, envolvendo a teoria com a realidade, no qual ensinar é capacitar para a ação consciente, em que torna os indivíduos sujeitos da sua história. O ensino como um conjunto de informações, ideias e conhecimentos empenhados com uma visão de mundo e de projeto político de educação, imbricados às dimensões técnico-instrumental, teórico-metodológica, ético-político, investigativo e formativo (Guerra, 2005).

A dimensão política do projeto está explícita, também, no posicionamento a disposição da justiça e da equidade social, da participação política, da consolidação da cidadania, da democracia, universalização de bens e serviços, da socialização da riqueza. No aspecto profissional o projeto está voltado à formação, competência e aprimoramento intelectual do assistente social, que garanta a qualidade dos serviços prestados aos usuários. Netto (1999, p.95) afirma ainda que:

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos e, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (...)

O projeto ético-político do Serviço Social ao fundar os onze princípios⁶ apresentados no Código de Ética, traz a liberdade como valor central, bem como o compromisso do projeto profissional, esses esbarram com a dinâmica social capitalista de flexibilização e desregulamentação, mercantilização das relações sociais, competitividade, individualismo, privatizações, desaparecimento, no campo real e não legal, dos direitos sociais e trabalhistas, desresponsabilização do Estado, desemprego, naturalização da exploração, etc. Netto (1999, p. 108) afirma:

⁶ Seguem os onze princípios, resumidos, exibidos no Código de Ética: Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes[...]; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, [...], com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito [...]; Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população [...]; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CFESS, 2012, p23-24).

“[diante de tudo isso], fica claro que o projeto-político do Serviço Social tem futuro. E tem futuro porque aponta precisamente para o combate (ético, teórico, político e prático-social) ao neoliberalismo, para preservar e efetivar os valores que o informam”.

Esse projeto se vincula a um processo societário sem exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas opções o projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplado positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. O projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (NETTO, 2007, p.155). Projeto este que tem como pressuposto a participação do profissional nas lutas da classe trabalhadora.

Contudo, saliento que o contexto denominado processo de redemocratização do Brasil, a interferência da democratização vivida socialmente se refletiu no projeto hegemônico profissional do Serviço Social, legitimada na Lei de Regulamentação da Profissão, no Código de Ética aprovado em 1993 e nas Diretrizes Curriculares vigentes, que incorporam fortemente o ideário de participação política a ser defendida e executada pelo profissional. O que, segundo Silva (2011) supõe do assistente social uma ação educativa, tendo em vista a compreensão, por parte da população, da sua condição de subalternidade, bem como a busca de mecanismos que proporcionem a ampliação e utilização de seus direitos no intuito de construção de uma cidadania plena. Pois desde a reconstrução do Estado Democrático de Direito e o funcionamento dos institutos clássicos da democracia representativa aos finais da década de 1970 e inícios da década de 1980 uma perspectiva mais ampla de controle público da sociedade sobre o Estado foi inscrita na Constituição Federal de 1988 enfatizam a participação dos setores organizados da sociedade civil, especialmente dos trabalhadores e dos segmentos populares, na elaboração e implementação das políticas públicas, propondo novas relações entre o movimento social e a esfera da política institucional. (CFESS, 2011)

A participação política do Assistente Social está caracterizada nos documentos legais referente a profissão como a Lei de Regulamentação da Profissão, no Código de Ética aprovado em 1993 e nas Diretrizes Curriculares vigentes, e o conjunto de direitos sociais reconhecidos na Constituição de 1988 e suas respectivas leis de regulamentação. Estes colocam os fundamentos para o Serviço Social elaborar seus conceitos de participação e também para operacionalizar seus próprios instrumentos.

O Código de Ética de 1993, formulados para dar sustentação legal ao exercício profissional dos assistentes sociais, em seus Princípios Fundamentais apresentam a participação

política como noções preliminares para a profissão:

- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; (CFESS, 2012, p. 28)

Ainda no Código de Ética de 1993 (CFESS, 2012, p.), no art. 2º, que constituem os direitos do assistente social, o papel da participação faz parte de sua construção:

- d) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;

No capítulo I do Código de Ética de 1993, o art. 5º dos deveres do assistente social nas suas relações com os usuários também vai se deter a participação social e política do profissional:

- a) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população nas decisões institucionais;
- b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando as decisões dos usuários;
- c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
- d) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e) informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audio-visual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f) fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo;
- g) contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h) esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional. (CFESS, 2011, p. 29)

Já a Lei 8.662/93, no artigo 4º, das competências do Assistente Social, Lei que regulamenta a profissão de assistente social especifica dentre outras competências, a participação está como uma ferramenta integrante das ações desenvolvidas pelos assistentes sociais:

- I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à

população;

IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; (CFESS, 2012, p. 44-45)

Encontramos também conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, o reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional, que demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação das determinações sociais, econômicas e culturais das desigualdades sociais. A intervenção orientada por esta perspectiva teórico-política pressupõe: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos trabalhadores em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os trabalhadores, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e à ampliação dos direitos. (CFESS, 2010)

Desta forma, é possível perceber que os documentos legais referentes a profissão firmaram importantes valores e diretrizes para o exercício profissional, que deixou de atuar nas frentes de distribuição de caridade, de ser um executor terminal das políticas sociais, para se tornar um profissional interventivo, que atua no planejamento e execução de políticas públicas e privadas na direção de garantir direitos sociais. A partir destes, a categoria dos assistentes sociais tem viabilizado o debate de participação com direção social com o propósito de avançar na construção de uma nova ordem societária constituído a partir da ampliação da democracia. Portanto o assistente social passa a ser um agente articulador e mobilizador desses processos, quando consegue sistematizar que as necessidades e interesses dos sujeitos podem ser convergentes e discutidas no coletivo. Concomitante a participação pode ser vista como uma ferramenta articuladora no alcance de objetivos que se agregam para efetivar uma mudança social.

Entretanto o Serviço Social no decorrer da sua trajetória foi uma profissão que esteve profundamente marcada pela dinamicidade da sociedade, tendo que acompanhar e se inserir nas frentes de trabalho onde mais se requisitava e se necessitava dos profissionais. Logo, segundo Iamamoto (1997) um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

A preocupação com os desafios vividos pelos Assistentes Sociais instigada por Iamamoto (2009) decorre do movimento de construção democrática no Brasil pela lógica neoliberal, a partir dos anos 1990, agravando a questão social, notadamente nas áreas urbanas. Nesta as políticas focalistas do Estado neoliberal que não só excluem a maioria dos acessos aos benefícios mas também rompem com o que está garantido na Constituição Federal, dificultando a universalização dos direitos e, principalmente, o controle social⁷. Segundo Correa (2005) atualmente os espaços de controle social são reconhecidos nos Conselhos e Conferências de políticas sociais que materializam as diretrizes da participação. Nesses espaços o Serviço Social é chamado a atuar diretamente com os mecanismos de controle social juntamente com os Conselhos. As atuações têm-se resultado na possibilidade dos grupos subalternos organizados na sociedade civil obterem algum controle das políticas sociais a depender da organização mobilização, informação e articulação desses grupos representados nos Conselhos. Assim a autora ressalta que o assistente social pode ter um papel auxiliar na perspectiva de fortalecer a atuação dos grupos subalternos representados nos conselhos.

Porém a dinâmica sociopolítica do Estado neoliberal coloca dificuldades para a intervenção política dos assistentes sociais na ocupação dos espaços públicos de controle social. Visto que, segundo CFESS (2011) no processo de construção democrática da gestão pública no Brasil, foi investindo mais nos conselhos gestores, criando grande expectativa em torno desses espaços institucionais. Concentrando muita energia nessa participação política, sem levar em conta que o conselho é um dos espaços de exercício do controle social, que precisa ser complementado e articulado com outras formas de mobilização social e de organização política. Pois os Conselhos também têm que ser objeto de controle democrático da sociedade, pelas representações que supostamente devem se fazer representar. Portanto, o CFESS (2011, p.30) disserta que:

Neste contexto o Serviço Social precisa enfrentar o desafio da interlocução pública, diante dos novos interlocutores que se apresentam e disputam a esfera pública. Isto exige dos assistentes sociais nova capacitação teórica e técnica, mas também éticopolítica, para que possa assumir o papel de agente público e contribuir para conferir caráter público às políticas sociais.

Por isto, passados mais de 20 anos dos elementos (Lei de regulamentação a Profissão de 1993, Código de Ética de 1996 e Diretrizes Curriculares de 1996) que de fato dão sustentação institucional ao projeto profissional, observa-se que ele continua adensando-se e

⁷ O termo controle social vem de uma origem conservadora e funcionalista das ciências sociais, mas passou a ser utilizado no sentido democrático, ou seja, tendo como foco central a participação da sociedade civil na formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Esse controle social deve ter como objetivo atender as finalidades sociais, ao invés de interesses privatistas. (CORREIA, 2005)

materializando-se em uma série de publicações, em periódicos e livros que sustentam seus fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Pois esta estratégia da profissão conquistada pela vontade político-organizativa das vanguardas profissionais, não aboliu as tendências conservadoras, pois ainda que com novas linguagens, as referências das vertentes da modernização conservadora e da reatualização do conservadorismo não foram barrados e também se expressam nos mesmos espaços em que o Projeto Profissional se mostra hegemônico.

Segundo Bravo (2007) o Projeto Ético-Político é hegemônico na acadêmica e nas entidades representativas da categoria, mas pouco intervêm no exercício profissional em que a própria hegemonia não é identificada. “Sem dúvida, para se avançar hoje na profissão, se faz necessário recuperar as lacunas da década de 1980 e a intervenção é a prioridade” (Bravo, 2007, p. 204). Visto que a autora ainda reforça que a intervenção é uma prioridade, pois a vertente de intenção de ruptura pouco trouxe alterações para os cotidianos dos serviços.

Ana Vasconcelos (2006, p.31) corrobora com a discussão quando discorre que:

os assistentes sociais são levados a um trabalho conservador que, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, reproduz e/ou reforça o status quo, sem conseguirem romper, na prática, com valores conservadores. Assim, mesmo apoiando o projeto hegemônico no debate teórico do Serviço Social, a maioria destes profissionais realiza atividades na direção contrária a que se propõe.

Segundo a autora, a apropriação de uma perspectiva teórico-metodológica e ético-política possibilitaria a reconstrução permanente do movimento da realidade, objeto da ação profissional, geraria condições para um exercício profissional consciente, crítico, criativo e politizante. Ainda, para Iamamoto (1999) no lapso das duas últimas décadas, a fecunda literatura profissional no âmbito da renovação crítica do Serviço Social voltada aos fundamentos do Serviço Social tratou diferentes recortes temáticos na abordagem do Serviço Social e de seu exercício atestam a riqueza da produção acadêmica dessa área, porém ora se distanciam na totalização da leitura das particularidades da profissão e de seus agentes, enquanto trabalho útil que responde às necessidades sociais historicamente circunscritas.

E entre estas lacunas está o tema da participação, pois é necessário que neste âmbito do exercício profissional se avance para além do espaço institucional de participação como já discutido acima. Uma vez já discutido anteriormente, a possibilidade interventiva de trabalhar com os sujeitos o estímulo para a participação em movimentos sociais, para a criação deste quando inexistentes, e estimulá-lo a atuar e ocupar os espaços *conselhistas*, estaremos retomando e atualizando as referências do Projeto Ético Político do Serviço Social na busca por contemplar o exercício profissional. (DURIGUETTO, 2012)

Assim na tentativa de resgatar e referenciar o Projeto Ético Político do Serviço Social no exercício profissional, reconhecendo que sua direção social estratégica está em disputa e também para recuperar as lacunas e distâncias com o exercício profissional o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) começou em 2007, nos eventos coletivos da categoria, discutir de forma descentralizada os Parâmetros para a Atuação do Assistente Social nas Políticas Sociais, que em 2011 passou a denominar-se Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, que aborda a intervenção profissional em diversos espaços sócio-ocupacionais. Desse esforço foram lançados os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (versão 2007 e 2011), Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (2010), Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (2013) e Atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão (2014).

Em relação a participação nestas publicações verifica-se que esta dimensão do exercício profissional é relevante. Os *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde* (CFESS, 2010) traz consigo que há uma relação entre o projeto ético-político e o de reforma sanitária, principalmente, nos seus grandes eixos: principais aportes e referências teóricas, formação profissional e princípios. Onde segundo o *Parâmetro* alguns conceitos são fundamentais para a ação dos assistentes sociais na saúde como a concepção de saúde, a integralidade, a intersetorialidade, a participação social e a interdisciplinaridade. Ainda que os dois projetos são construídos no processo de redemocratização da sociedade brasileira e se consolidam na década de 1980.

Além do mais este aponta como principais atuações profissionais na área da saúde voltadas a participação política e social (CFESS, 2010, p.30):

- estar articulado e sintonizado ao movimento dos trabalhadores e de usuários que lutam pela real efetivação do SUS;
- tentar construir e/ou efetivar, conjuntamente com outros trabalhadores da saúde, espaços nas unidades que garantam a participação popular e dos trabalhadores de saúde nas decisões a serem tomadas;
- efetivar assessoria aos movimentos sociais e/ou aos conselhos a fim de potencializar a participação dos sujeitos

Nos *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social* (CFESS, 2011), a participação política e social do profissional se dá desde a instituição e consolidação da Assistência Social (no período da Constituinte de 1987-1988) como política pública e dever estatal situam-se nesta compreensão de direitos, Seguridade Social e cidadania. Além do mais as competências específicas dos assistentes sociais, no âmbito da política de

Assistência Social, abrangem diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis, e em uma das quais a participação aparece são as seguintes (CFESS, 2011, p. 19):

2. uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal;
3. uma dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos/as usuários/as e trabalhadores/as nos Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência Social e de outras políticas públicas;

Na sequência, o documento de Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (2013) da mesma forma aponta entre as competências específicas dos assistentes sociais a compleição da participação. As atribuições e competências dos assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos nos documentos de sustentação legal da profissão. Porém com dimensões e pontos específicos que diferem das demais Políticas. Com destaque para (CFESS, 2013, p.53-54)

- Outra dimensão importante é a de intervenção coletiva junto aos movimentos sociais como condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente aos processos de ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública, laica e de qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora. Observa-se, no entanto, uma diferenciação importante nas formas de atuação profissional entre os/as assistentes sociais que desenvolvem suas ações nos estabelecimentos formais de educação e aqueles/as que as desenvolvem no campo da educação popular. Nitidamente há no segundo caso melhores condições de promover esta atuação em virtude da natureza da própria área. O investimento que merece ser feito em maior escala quanto à inserção e atuação dos/as assistentes sociais na Política de Educação em seus diferentes níveis e modalidades deve ser efetivamente este: o de articulação com os movimentos sociais. O que possibilitaria a ampliação dos horizontes de atuação profissional em defesa de uma educação pública e de incorporação de novos conteúdos ao cotidiano dos estabelecimentos, relativos aos modos de apreensão da realidade produzidos na dinâmica das lutas sociais.
- A dimensão do trabalho profissional relativa à inserção dos/as assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias de fomento à participação dos estudantes, famílias, professores e professoras, trabalhadores e trabalhadoras da educação nas conferências e conselhos desta política e de outras adquire uma particularidade diante da predominante estruturação verticalizada e muito pouco democrática destes espaços na Política de Educação. Neste sentido, a atuação profissional deve também estar voltada para os processos de discussão e modificação das formas de composição e funcionamento destas instâncias. Além de reconhecer e tecer aproximações com os demais conselhos existentes na Política de Educação, e que são fundamentais para a democratização dos processos de gestão desta política.

Diferente dos demais, no documento Atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão (CFESS, 2014), o último da dessa Série, nos traz distintas

definições das competências e dimensões quando comparado com os outros. O documento apresenta o campo sociojurídico como um espaço de atuação profissional de ocupação recente para o Serviço Social pela nítida impositividade do ‘jurídico’, que cerca as demandas profissões inerentes ao sociojurídico. Porém destaca ser um cenário novo que cresce gradativamente. Neste as atribuições do Serviço Social no espaço, voltadas a participação, encontram-se em subdivisões, (CFESS, 2014): no Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, na execução penal e sistema prisional, nas medidas socioeducativas de privação de liberdade e na segurança pública.

Contudo, no resgate dos documentos, Parâmetros e Subsídios para atuação dos Assistentes Sociais, é possível identificar as referências do Projeto Ético Político do Serviço Social procurando atualizar-se de forma a contemplar o exercício profissional. Visto que, segundo Bravo (2009) os assistentes sociais têm função importantíssima no sentido de fomentar a participação cidadã, atuar na ampliação da esfera pública, dos espaços democráticos e a garantia dos direitos, estes que são novos desafios postos aos profissionais. A autora ainda aponta que o Serviço Social incorpora as temáticas sobre movimentos sociais em suas agendas de pesquisa, mesmo que a dificuldade da prática profissional esteja relacionada a esses setores organizados. Nesse sentido, complementa ainda que:

Os profissionais adeptos do projeto ético-político da profissão precisam qualificar suas ações a fim de contribuírem para a ampliação de uma cultura política crítica e democrática necessária ao efetivo controle democrático dos sujeitos coletivos, que buscam na arena pública – enquanto interlocutores e representantes dos interesses da maioria da população – defender a garantia dos direitos sociais, num cenário de regressão dos mesmos e de destruição das conquistas históricas dos trabalhadores. (Bravo, 2009, p. 401).

Com o intuito de contribuir para pensar a pesquisa e atuação do assistente social em espaços de participação política no contexto atual, realizou-se uma pesquisa quantitativa e qualitativa dos artigos publicados nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, sendo os resultados apresentados no próximo capítulo.

3 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A PESQUISA DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO Da PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

3.1 OS TRABALHOS DO ENPESS – PERFIL DAS PUBLICAÇÕES

O Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) é considerado um dos maiores eventos de natureza político-científica do Serviço Social brasileiro juntamente do Congresso Brasileiro de Assistente Social (CBAS). O ENPESS é um evento promovido pela Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), desde o decorrer da década de 1990, sendo realizado de dois em dois anos. O evento tem como objetivo: socializar a produção de conhecimento da área do Serviço Social; contribuir com o debate intelectual e com a análise do tema central escolhido para a cada evento; fortalecer os Grupos Temáticos de Pesquisa na área do Serviço Social; contribuir com o intercâmbio acadêmico e institucional na área do Serviço Social, em âmbito nacional e internacional, com enfoque no tripé da formação, ensino, extensão e pesquisa e produção do conhecimento; e Propiciar debates sobre os temas emergentes no exercício da profissão, bem como na formação profissional graduada e pós-graduada. Além do mais seu público é de pesquisadores, docentes, discentes de graduação e de pós-graduação, profissionais, grupos e redes de pesquisa. Desta forma este tornou-se um fundamental espaço de articulação, capacitação e realização do debate político-acadêmico.

Por isto a grande importância de se pesquisar os trabalhos publicados por pesquisadores do Serviço Social nos ENPESS, por este ser um instrumento capaz de conectar a pesquisa com as demandas dos trabalhadores, socializando reflexões e análises que alimentem a luta social por transformações profundas no Brasil. A partir daí, buscou-se identificar, dentre suas publicações, como a participação e o controle social aparece e como está relacionado às atividades profissionais do Serviço Social.

A começar da compreensão do já estudado até o prezado momento, em que o tema da participação e controle social por meio dos espaços colegiados como Conselhos e Conferências tem sido objeto de muitas pesquisas na área do Serviço Social e um espaço privilegiado para o exercício profissional - para uma ação que esteja na direção dos pressupostos

do Projeto Ético Político da profissão. Objetivou-se, a partir deste estudo, acessar os anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) realizados, em 2010 (12º ENPESS) e 2012 (13º ENPESS), para conhecer quais as tendências e áreas que encontram-se os estudos e atuações profissionais relacionadas a participação e controle social no Serviço Social. Para tentar responder a este propósito foi efetuada pesquisa quantitativa e qualitativa nos Anais, buscando identificar quais foram os eixos temáticos trabalhados, como estão estruturados, quantos artigos foram publicados em cada um deles e especificando os que tratam do tema de participação e controle social.

O 12º O Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) foi realizado no Rio de Janeiro - RJ, entre os dias 06 a 10 de dezembro de 2010, com o tema central “Crise do Capital e produção do conhecimento na realidade brasileira: pesquisa para quê, para quem e como”. E o 13º O Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) foi realizado em Juiz de Fora - MG, entre os dias 05 e 09 de novembro de 2012, com o tema central “Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão”.

Com a intenção de conhecer os trabalhos publicados e de identificar a forma em que foram estruturados nos CD-ROM dos Anais, no primeiro momento procurou-se familiarizar-se com a organização e forma estética oferecida, fazendo um passeio panorâmico sobre o todo – com o intuito de facilitar a movimentação posterior dentro do programa/ou aplicativo – e apropriando-se das informações disponibilizadas na: apresentação, comissão organizadora, diretorias das entidades, pareceristas, assessores temáticos e programação. No segundo momento buscou-se extrair os quantitativos gerais de artigos publicados, já os separando por tema específico utilizado para a produção da pesquisa. Assim, nesta etapa, a pesquisa dos artigos que foram publicados nos dois eventos foi feita usando os termos de referências (ou palavras-chaves) como controle social e participação, utilizados como filtro para a seleção, além de serem revisados um a um para identificar a efetiva e concreta discussão sobre as temáticas. No terceiro momento foram identificados quais eixos temáticos foram trabalhados e quantos artigos cada um contemplam. E no quarto momento a análise dos trabalhos aprovados, no intuito de identificar os que se tratavam de participação e controle social.

Versando-se dos quantitativos gerais de artigos publicados nos ENPESS 2010 e 2012 que participaram da pesquisa, pode-se perceber na tabela abaixo que houve um maior número de trabalhos postados no ENPESS 2012 em relação ao ocorrido no ano de 2010. Os Anais do ENPESS de 2010 contam com 1293 pesquisas publicadas e os Anais do ENPESS de

2012 com 1343 trabalhos. O que pode ser caracterizado como um fator positivo, uma vez que existe um crescente de trabalhos aprovados a cada Encontro ocorrido. Para melhor visualização destas características foi elaborada uma tabela:

Tabela 1 – Total de artigos dos Anais do ENPESS 2010 e do ENPESS 2012

Evento	Total de Artigos	% de artigos
12º ENPESS – 2010	1293	49%
13º ENPESS – 2012	1343	51%
Totais	2636	100%

Fonte: Dados extraídos do CD-ROM: 12º ENPESS, 2010 E 13º ENPESS, 2012. Elaboração da autora

Os dois Encontros Nacional de Pesquisadores em Serviço Social incluídos nesta pesquisa referem-se às últimas edições, e considerando que eles acontecem a cada dois anos, a edição de número 14 ocorre em novembro do ano atual (2014).

A respeito do ENPESS 2010, a pesquisa sobre os eixos temáticos trabalhados e a quantidade de artigos publicados em cada um deles, aconteceram em momentos distintos, sendo indispensável primeiramente identificar quais foram os eixos temáticos trabalhados e quais foram as subdivisões utilizadas, para posteriormente e de forma manual efetuar a contagem dos artigos postados. Essa pesquisa se explicita na tabela abaixo, em que apresenta-se os eixos temáticos e o número de artigos em cada um deles:

Tabela 2 – Eixos temáticos, quantidades de publicações por eixo e quantidade de publicações sobre o tema participação e controle social no 12º ENPESS – 2010.

12º ENPES - 2010 Tema: Crise do Capital e produção do conhecimento na realidade brasileira: pesquisa para quê, para quem e como			
Eixos Temáticos	Trabalhos	Trabalho de Participação	Trabalho de Controle Social
Trabalho, Questão Social e Serviço Social	147		1
Política Social e Serviço Social			
Ênfase na Seguridade Social – Concepção			
Gestão	92		2
Financiamento	6		
Controle Democrático e Sujeitos Políticos	70	10	14
Ênfase na Infância e Juventude	91	1	1
Ênfase na Habitação	11		
Ênfase na Educação	41		
Ênfase nas Políticas de Trabalho e Geração de Renda	20		
Cultura	10		
Desenvolvimento social e regional	17		
Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional			
Ênfase na Formação Profissional	88		
Ênfase no Trabalho Profissional	110		
Ênfase nos Fundamentos	35		
Ênfase no Serviço Social na América Latina e Relações Internacionais	8		
Movimentos Sociais e Serviço Social	48	4	
Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social	80	3	
Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidades Sexual			
Ênfase Relação de Gênero	81	2	
Ênfase em Relação de Raça e Etnia	22		
Ênfase na diversidade sexual	12		
Ênfase nas questões geracionais	31	1	
Ética, Direitos Humanos e Serviço Social	57	1	
Sem classificação	216	2	4
Total	1293	24	22

Fonte: Dados extraídos do CD-ROM: 12º ENPESS 2010. Elaboração da autora.

Quando comparadas a coluna total, da quantidade de trabalhos aprovados é possível constatar na Tabela 2 que o número de artigos referentes às práticas participativas é pequeno diante do número total de trabalhos que foram apresentados. No ENPESS de 2010, com um total de 1293, somente 46 eram sobre o tema da participação ou controle social, totalizando 4,6% dos trabalhos apresentados.

É preciso destacar as dificuldades encontradas ao efetuar essa pesquisa, principalmente no que se refere aos quantitativos, pois os artigos aparecem repetidas vezes quando solicitados pelas palavras-chave, participação e controle social, devido muitos dos artigos utilizarem os dois conceitos em suas palavras-chaves. Além do mais o CD-ROM do 12º ENPESS não traz na listagem de apresentação dos artigos as informações básicas e necessárias utilizadas para esta pesquisa, como por exemplo os eixos temáticos. Diferentemente do 13º ENPESS que ao listar seus artigos as informações são identificadas imediatamente. Desta forma foi preciso utilizar da técnica manual para contabilizá-los, de forma a buscá-los pela palavra-chave, listá-los e um a um identificá-los na busca por eixo temático. O arranjo do CD-ROM do ENPESS executada desta forma, sem a identificação do eixo temático descrito na apresentação do artigo, acarretou na utilização de tempo, em um desgaste desnecessário da pesquisadora - inclusive os objetivos da pesquisa foram repensados devido a diferente organização dos CD-ROM - pois somente após analisar cada eixo temático foi possível identificar os artigos desses pertencentes.

E adotando a mesma metodologia, foi analisado os Anais em CD-ROM do 13º ENPESS, que após inteirar-se das informações gerais contidas e do layout utilizado – que apesar da semelhança com o 12º ENPESS tem suas ferramentas de pesquisa aprimoradas – foi dado início a identificação dos eixos temáticos e suas subdivisões com a posterior contagem dos artigos publicados. Entretanto, as dificuldades relatadas na pesquisa anterior foram amenizadas, pois, como já citado anteriormente, foi possível identificar com mais facilidade os artigos e seus referidos eixos temáticos devido estarem expostos logo que listados. Assim, da mesma forma, a tabela abaixo apresenta os dados e resultados da pesquisa para com os Anais do 13º ENPESS.

Tabela 3 – Eixos temáticos, quantidades de publicações por eixo e quantidade de publicações sobre participação e controle social no 13º ENPESS – 2012

13º ENPES - 2012 Tema: Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão			
Eixos Temáticos	Trabalhos	Trabalho de Participação	Trabalho de Controle Social
Trabalho, Questão Social e Serviço Social			
Ênfase no trabalho	128		
Ênfase na Questão Social	32		
Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional			
Ênfase na Formação Profissional	84		
Ênfase no Trabalho Profissional	114		
Ênfase nos Fundamentos	41		
Ênfase no Serviço Social na América Latina e Relações Internacionais	1	1	
Política Social e Serviço Social			
Ênfase na Seguridade Social			
Concepção	42	1	
Gestão	56		
Financiamento	13		
Controle Democrático e Sujeitos Políticos	29	6	5
Ênfase em Fundamentos	6		
Ênfase na Infância e Juventude	70		
Ênfase na Habitação	8		
Ênfase na Educação	57	1	1
Ênfase nas Políticas de Trabalho e Geração de Renda	10		
Outras	92		
Movimentos Sociais e Serviço Social	62	4	
Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social			
Ênfase na Questão Agrária	29		
Ênfase na Questão Urbana	37	1	
Ênfase na Questão Ambiental	37		
Ética, Direitos Humanos e Serviço Social			
Ênfase em Ética	14		
Ênfase em Direitos Humanos	43	1	
Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades.			

Ênfase em Gênero	74		
Ênfase em Raça e Etnia	15		
Ênfase em Sexualidades	12		
Ênfase em Geração	28	1	
Sem classificação	209	4	2
Total	1343	20	8

Fonte: Dados extraídos do CD-ROM: 13º ENPESS, 2012. Elaboração da autora

Da mesma forma que a tabela anterior, se forem comparadas as colunas totalizadoras, da quantidade de trabalhos postados e a quantidade de trabalhos sobre participação e controle social, percebe-se rapidamente a grande diferença que existe entre elas, onde o total geral apresenta um número de 1343 trabalhos aprovados, enquanto desses apenas 28 (2,8%) referem-se ao estudo efetivo sobre participação e controle social.

Quando comparadas a Tabela 2 com a Tabela 3 pode-se observar além do número total de trabalhos publicados essas também diferem no número de trabalhos que discutem sobre o tema participação e controle social. Visto uma queda quase que pela metade de trabalhos em que se referem às práticas participativas do 12º ENPESS para o 13º ENPESS.

Com a pretensão de identificar dentre os inúmeros artigos publicados nos Anais dos ENPESS a ocorrência de trabalhos que trouxessem o assunto participação e controle social, verificou-se que não existe uma seção temática específica para tratar desse tópico, desta forma constatou-se que os artigos que abordam o tema participação e controle social aparecem distribuídos entre as diversas seções temáticas, já que este também se caracteriza como um tema transversal do exercício profissional e das políticas sociais. Porém elas se acumulam, nos dois eventos, nas subdivisões dos eixos temáticos sobre: *Controle Democrático e Sujeitos Políticos*, *e, Movimentos Sociais e Serviço Social*. Esses por serem princípios dos espaços participativos, que constituem-se como espaços democráticos nos quais diversos grupos de segmentos populares historicamente excluídos podem participar, expor e negociar seus interesses – esses que incluem os movimentos sociais – principalmente, das condições dignas de vida e do acesso às políticas públicas. E os que desses participam são denominados de sujeitos políticos.

Em se tratando dos eixos temáticos, estes não diferiram entres os eventos pesquisados. A diferença foi na ordem ou/e as subdivisões que foram desmembradas, porém sem maior interferência na semelhança dos eventos. Percebendo assim que a padronização das edições do evento para com os trabalhos aprovados, facilitando na hora de executar uma pesquisa mais direcionada. Essas irrelevantes diferenças podem ser observadas na tabela abaixo.

Tabela 4 – Comparação dos Eixos Temáticos trabalhados nos 12º e 13º ENPESS.

Eixos Temáticos 12º ENPESS - 2010	Eixos Temáticos 13º ENPESS- 2012
Trabalho, Questão Social e Serviço Social	Trabalho, Questão Social e Serviço Social Ênfase no trabalho Ênfase na Questão Social
Política Social e Serviço Social Ênfase na Seguridade Social – Concepção Gestão Financiamento Controle Democrático e Sujeitos Políticos Ênfase na Infância e Juventude Ênfase na Habitação Ênfase na Educação Ênfase nas Políticas de Trabalho e Geração de Renda Cultura Desenvolvimento social e regional	Política Social e Serviço Social Ênfase na Seguridade Social Concepção Gestão Financiamento Controle Democrático e Sujeitos Políticos Ênfase em Fundamentos Ênfase na Infância e Juventude Ênfase na Habitação Ênfase na Educação Ênfase nas Políticas de Trabalho e Geração de Renda Outras
Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional Ênfase na Formação Profissional Ênfase no Trabalho Profissional Ênfase nos Fundamentos Ênfase no Serviço Social na América Latina e Relações Internacionais	Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional Ênfase na Formação Profissional Ênfase no Trabalho Profissional Ênfase nos Fundamentos Ênfase no Serviço Social na América Latina e Relações Internacionais
Movimentos Sociais e Serviço Social	Movimentos Sociais e Serviço Social
Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social	Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social Ênfase na Questão Agrária Ênfase na Questão Urbana Ênfase na Questão Ambiental
Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidades Sexual Ênfase Relação de Gênero Ênfase em Relação de Raça e Etnia Ênfase na diversidade sexual Ênfase nas questões geracionais	Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. Ênfase em Gênero Ênfase em Raça e Etnia Ênfase em Sexualidades Ênfase em Geração
Ética, Direitos Humanos e Serviço Social	Ética, Direitos Humanos e Serviço Social Ênfase em Ética Ênfase em Direitos Humanos

Fonte: Dados extraídos do CD-ROM: 12º ENPESS, 2010 ,13º ENPESS, 2012. Elaboração da autora.

Neste sentido, a tabela acima aponta para a variedade dos Eixos Temáticos e a imponente dos artigos aprovados nos eventos mostram o quão vasto é o campo de atuação profissional dos assistentes sociais, e o quanto têm-se investido em reflexões com a preocupação de dar visibilidade às conquistas, desafios contemporâneos, inovações e, principalmente, de articular com teoria social crítica e em princípios éticos o seu fazer ocupacional ao Projeto Ético-Político profissional.

No entanto, pretendem-se demonstrar na tabela abaixo os quantitativos gerais encontrados nesta pesquisa:

Tabela 5 – Total de eixos temáticos, artigos publicados e artigos sobre participação e controle social publicados nos Anais dos ENPESS 2010 e ENPESS 2012.

Evento	Eixos Temáticos	Total de Artigos	Artigos Sobre Participação e controle social	% de artigos sobre Participação e controle social / Total
12º ENPESS - 2010	7	1293	46	3,56%
13º ENPESS - 2012	7	1343	28	2,08%
Totais	14	2636	74	5,64%

Fonte: Dados extraídos do CD-ROM: 12º ENPESS, 2010 E 13º ENPESS, 2012. Elaboração da autora

Na tabela acima é visivelmente identificado que o tema participação não parece ser prioridade entre os profissionais de Serviço Social na descrição de experiência e nas pesquisas, onde o total de artigos publicados nas duas edições dos ENPESS foi de 2636 sendo que destes apenas 74 tratam da temática da participação e controle social, não chegando a atingir 5,64 % dos trabalhos publicações. Diante desta realidade, essas produções parecem não ter como preocupação central a análise do trabalho do assistente social nessas instâncias. Algumas pontuam questões a serem enfrentadas, demandas para o profissional, mas não se detêm nessa análise. Portanto ficam alguns questionamentos: Por que um tema tão importante como participação e controle social no exercício profissional do Serviço Social aparece de forma tão restrita nos espaços de socialização do conhecimento produzido, do acúmulo de reflexões, como é o exemplo dos ENPESS? Que dimensão esta ferramenta tem nas ações profissionais da categoria? Que experiências o tema apresenta para o Serviço Social? Que exigências o tema apresenta para o Serviço Social?

Os apontamentos feitos sobre a tabela acima, da carência de conteúdos publicados nas duas edições do ENPESS pesquisadas, em um outro momento, já haviam sido comprovados por Souza (2001, apud BRAVO 2009). A autora estudou o material nos anos 1990 sobre o

Controle Social na saúde, no âmbito do Serviço Social, como também as comunicações apresentadas nos eventos nacionais da categoria. No trabalho a autora apresenta algumas preocupações referente ao assunto, e esclarece que são poucos os estudos referentes à assessoria e/ou ao trabalho profissional nesses espaços.

Iamamoto (2006) também nos reforça esta ideia da falta de produção que conectem o profissional aos espaços de participação. Segundo a autora o assunto parece ter sido submerso do debate teórico-profissional frente ao refluxo dos movimentos sociais. Para ela uma das consequências seria as condições de trabalho e relações sociais em que estão inscritos os assistentes sociais sendo estas indissociáveis da contra-reforma do Estado. Seguimento dos anos 1990 marcado pelo projeto neoliberal de caráter conservador que expressa, entre outros, um retrocesso histórico resumido no desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras, resultadas nos direitos sociais universais. Logo, os atendimentos às necessidades sociais são transferidas ao mercado e à filantropia, como alternativas aos direitos sociais. Portanto, ainda que o trabalho - que produza valores de uso voltados à satisfação de necessidades sociais - do assistente social seja idêntico, no sentido e resultados sociais, esses trabalhos são distintos, “visto que presididos por lógicas diferentes: a do direito privado e do direito público, alterando-se, pois, o significado social do trabalho técnico-profissional e seu nível de abrangência” (IAMAMOTO, 2006, p.31).

Desta forma verifica-se um processo estatizante das ações teórico-metodológicas do profissional. Pois segundo a autora é necessária uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social, reapoderar-se das conquistas e habilitações perdidas no tempo, aliados à pesquisa da realidade possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conecta-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Assim consequentemente requisita-se, também,

um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los. (IAMAMOTO, 2006, p. 34)

Portanto, são essas condições neoliberais que afastam o profissional das reflexões e espaços de participação política. Entretanto, segundo Iamamoto (2009, p.38), como uma “profissão liberal” “o exercício da profissão é tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social”. Determinações estas que implicam em situar e apreender o trabalho do assistente social para além da vontade e do desempenho individual do profissional, para inseri-lo na totalidade das condições e relações sociais nas quais se realiza.

Pois além dos mecanismos de controle social se constituírem em espaços contraditórios, as condições em que o assistente social é utilizado como profissão que auxilia no controle social como meios utilizados pelo Estado para na manutenção do consenso e da ordem necessária à reprodução social capitalista e para a submissão de uma classe a outra. Pois com este contexto é possível analisar o porquê de um tema de tamanha importância como a participação e o controle social aparecem de forma reduzida nas publicações do ENPESS.

Uma vez que a conjuntura não contribui para com a atuação profissional nesses espaços de participação política o Serviço Social é necessário o entendimento das exigências que o tema solicita para o serviço social. Requisições essas que partem do conhecimento de que a profissão se constitui na dinâmica sócio-histórica das relações entre Estado e as classes da sociedade no enfrentamento da questão social. E seu exercício profissional é desenvolvido nos campos contraditórios de interesses e necessidade de classes sociais distintas. Assim como acontece nos espaços participativos.

O total de artigos aprovados nos ENPESS se reduz quando avaliados um a um não se relacionarem os instrumentos de participação e controle social utilizados pelos profissionais de Serviço Social e sim serem apenas demonstrativos de espaços participativos de políticas sociais, movimentos, entre outros.

Nesse sentido, está outra inquietação trazida nesta pesquisa, a da identificação do tema nos artigos publicados. Na busca de verificar como está a aproximação do exercício profissional de um exercício capaz de garantir os espaços para a realização de ações planejadas. Para isso, foram elaboradas as tabelas 06 (12º ENPESS) e 07 (13º ENPESS), que trazem identificações como o eixo temático, título, palavras-chaves e resumo dos 74 artigos publicados sobre participação e controle social, essas que seguem abaixo:

Tabela 6 – Identificação dos trabalhos que abordaram participação e controle social no 12º ENPESS 2010

Eixo Temático		Título	Instituição / Estado	Palavra chave	Resumo
Artigo 1	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Controle e Participação Social no Conselho Municipal de Assistência Social de Itaguaí/CMAS: Construção de uma esfera pública e democrática	Origem desconhecida	Conselho, assistência social, controle social, participação.	... reflexões acerca da política de assistência social, problematizando de que forma o exercício do controle e participação social se processam na construção de uma esfera pública e democrática.
	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Possibilidades de consolidação de canais de participação cidadã no Brasil: o caso das Conferências Municipais	RS	Conferências municipais, gestão social, participação cidadã.	... a experiência das conferências municipais de saúde e assistência social realizadas na Fronteira Noroeste do estado do RS.
Artigo 3	Movimentos Sociais e Serviço Social	A Participação para os jovens de grupos a comunidade do Riacho Doce – Belém/PA	PA	Jovens; Sujeito; Participação.	... compreender a concepção de jovens da área periférica da cidade sobre o processo participativo.
Artigo 4	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	A participação popular na Política de Assistência Social	SC	Política de Assistência Social; Participação Popular; Controle Social; Conferências de Assistência Social.	... debater acerca da participação e do controle social na política de assistência social, tendo como referência a VII Conferência Estadual de Assistência Social de SC e a Conferência Nacional, em 2009.
Artigo 5	Ênfase Relação de Gênero	Um enfoque de gênero na Política Urbana- Experiências de participação feminina em Pernambuco	PE	Gênero, Participação, Política urbana	... discutir a temática de Gênero a partir de experiências de Participação Feminina verificada durante a urbanização de cinco áreas pobres [...] na cidade do Recife.
Artigo 6	Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social	A importância da participação popular em projetos urbanísticos a experiência do projeto “sanear Ananindeua” no estado do Pará	PA	Participação popular, controle social, projeto “Sanear Ananindeua”.	... a participação popular dos moradores da comunidade Riacho Doce/Pa no Projeto “Sanear Ananindeua” no período de 2008 e 2009.
Artigo 7	Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social	Análise da concepção de gestão democrática do projeto urbanístico empreendimento riacho doce em Belém do Pará o faz de conta da participação popular.	UFP/PA	Participação Popular – Gestão Democrática – Projeto Urbanístico	... a concepção de gestão democrática do governo do Pará, a partir da execução de um projeto urbanístico denominado Empreendimento Riacho Doce em Belém.

Artigo 8	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Conselho municipal do idoso: espaço de participação e garantia dos direitos?	MG	Idoso, Participação Social, Conselho de Direitos e Controle Social.	... dados da pesquisa realizada com os integrantes [...] do Conselho do Idoso de um município do nordeste mineiro. A pesquisa procurou identificar a compreensão dos sujeitos pesquisados a respeito do Conselho, e suas atribuições.
Artigo 9	Ênfase Relação de Gênero	Participação política na pesca: um breve relato da experiência de pesquisa junto às marisqueiras de Pirambu/SE	Universidade Federal de Sergipe – SE	Marisqueiras, Participação política, Entidades representativas.	... reflexão da participação específica das marisqueiras de Pirambu/SE nas instâncias representativas dos trabalhadores da pesca artesanal.
Artigo 10	Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social	Participação social no conselho estadual das cidades do Pará	Universidade Federal do Pará –PA	Participação. Política Urbana. Conselho das Cidades. Movimentos Sociais.	O artigo discute a participação social no Conselho Estadual das Cidades do Pará - Conselho gestor da política urbana [...].
Artigo 11	Movimentos Sociais e Serviço Social	Extensão rural contribui estimulando a participação popular e o poder decisório através do fortalecimento das organizações sociais do meio rural.	PE	Participação Popular; Poder Decisório; Organização Rural.	... trata de uma intervenção e tem o objetivo de melhorar e fortalecer o desempenho das associações e Conselho do município[...].
Artigo 12	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	O controle social, participação e garantia dos direitos.	PB	Controle Social, Participação, Direitos	... abordagem teórica do controle social a partir do debate clássico, bem como suas ressonâncias e expressões no atual contexto social.
Artigo 13	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	A participação dos usuários e o controle social em Natal/RN: A difícil realidade da consolidação de direitos	RN	Participação, Controle Social, Conselhos Gestores, Usuário, Política Social.	... debate atual sobre participação popular e controle social nas políticas sociais a partir da sua configuração na política de Assistência Social, sobretudo no que se refere aos usuários.
Artigo 14	Movimentos Sociais e Serviço Social	A participação da comissão intersetorial em saúde do trabalhador - CIST/PA Na política de saúde do estado do Pará, reflexos da conjuntura política	Centros de Referência em Saúde do Trabalhador/ CEREST – PA	Palavras chaves: Saúde do Trabalhador no SUS. Movimento social e sindical. Controle social. Trabalho do Serviço Social.	O presente artigo é fruto da experiência de assistente social junto a CIST-PA, no período de 2009 a 2010. Tem por objetivo analisar a participação do controle social na Política de Saúde do Trabalhador no Estado do Pará.

Artigo 15	Ênfase nas questões geracionais	Controle social: uma questão de participação para os idosos na atualidade	Origem desconhecida	Velhice, Participação, Controle Social.	... aborda a velhice numa perspectiva política. O idoso é reconhecido na condição de sujeito, sendo agente, capaz de dar novas formas de cidadania à velhice através da participação social.
Artigo 16	Ética, Direitos Humanos e Serviço Social	Participação social e prisões: necessidade de uma nova lógica política e legal	Origem desconhecida	Participação social – conselhos de comunidade - prisões	... a importância da participação social no âmbito das políticas penais e penitenciárias e os aspectos políticos, jurídicos e institucionais nela implicados.
Artigo 17	Ênfase na Infância e Juventude	Juventude e participação: A experiência do Projovem Adolescente em Fortaleza	CE	Projovem Adolescente, Participação, Juventude e Juventudes.	... a relação das categorias juventude e participação com base na proposta do Projovem Adolescente em Fortaleza.
Artigo 18	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Participação e o controle social no SUS, instrumento de luta pelo Direito universal, integral e de qualidade à saúde.	UFMT – MT	Política de Saúde, Participação e Controle Social no SUS; Serviço Social na Saúde.	... o princípio do controle e da participação social no Hospital Universitário Júlio Müller da UFMT, sob o olhar do Serviço Social, construído a partir da experiência de estágio e pesquisa.
Artigo 19	Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Participação social e o exercício da democracia no SUS	UNB - DF	Controle democrático, participação social, SUS, eleições, democracia.	... a apreensão do processo de organização e realização das eleições no CNS [...] de 2009. Trata-se de uma construção coletiva rumo ao fortalecimento do controle democrático por meio da direção social e política garantida pelo CNS[...]
Artigo 20	Movimentos Sociais e Serviço Social	Novas orientações em segurança pública e as possibilidades de abertura à participação	Origem desconhecida	Segurança pública, práticas policiais, participação	... levantar algumas reflexões a partir de referenciais teóricos, sobre as condições de possibilidades de abertura à participação e organização comunitária no campo da segurança pública.
Artigo 21	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	A participação popular na estratégia de saúde da família: uma reflexão acerca dos desafios dos profissionais na atenção básica.	Origem desconhecida	Estratégia de Saúde da Família; Participação Popular; Serviço Social.	O objetivo desse trabalho é apresentar algumas reflexões a cerca participação popular na Estratégia de Saúde da família.
Artigo 22	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Participação e controle social: limites e possibilidades: uma análise nos conselhos municipais de saúde.	PR	Saúde. Participação. Controle Social. Conselhos Municipais de Saúde.	O trabalho resulta das investigações de pesquisa, no projeto de extensão: “Participação e Controle Social na Saúde: Intervenção para consolidação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde (CMS)” [...]

Artigo 23	Sem classificação	Movimento sindical e serviço social: A participação política dos assistentes sociais na política de saúde no estado do Rio de Janeiro	UERJ - RJ	Organização política, movimento sindical e serviço social.	... a organização política da classe trabalhadora, os limites e possibilidades do movimento sindical e a participação dos assistentes sociais que atuam no setor saúde no Rio de Janeiro.
Artigo 24	Sem classificação	A participação do serviço social em experiências de formação dos movimentos sociais das classes subalternas.	PURO-UFF – RJ	Movimentos sociais, Serviço Social, formação política.	... o significado atual da relação da profissão com esses sujeitos sociais, particularmente, a partir da participação do Serviço Social em experiências de formação vinculadas a extensão universitária.
Controle Social					
Artigo 26	Sem classificação	Os conselhos como espaço público de negociação e controle social das políticas para o meio rural.	PE	Estado; participação; controle social	A participação social na experiência dos Conselhos são aspectos abordados neste texto. O elemento empírico dessa análise é a experiência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do Estado de Pernambuco.
Artigo 27	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Aportes sobre os limites e possibilidades do controle social nas cidades brasileiras.	Origem desconhecida	Cidades, controle social, participação popular e democracia.	... apresentar elementos para análise da relação entre o poder local e os Conselhos Municipais, enfatizando os limites e possibilidades do controle social para democratização das cidades.
Artigo 28	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	O Controle Social da Política de Assistência Social entre 1985 e 2008	UFES -ES	Assistência social; controle social, democracia	Este artigo analisa as produções pertinentes ao controle social da política de Assistência Social no Brasil, no período de 1985 a 2008.
Artigo 29	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	As associações civis de defesa de direitos das pessoas com insuficiência renal crônica como um mecanismo de controle social na saúde	MG	Controle social, saúde, associações, diálise	... o trabalho de mobilização e organização de associações civis de defesa de direitos das pessoas com insuficiência renal crônica, pacientes de clínicas de diálise de Belo Horizonte.
Artigo 30	Sem classificação	O Controle Social e os Conselhos de Saúde: reflexões de seus significados e suas trajetórias	UFES - ES		[...] Seu objetivo central é realizar uma análise do debate travado na literatura brasileira em torno do controle social na saúde e o papel dos conselhos.

Artigo 31	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	O controle social na política municipal de assistência social de Londrina/PR e o papel dos centros de referência da assistência social ...	PR	Política de Assistência Social; CRAS; Controle Social; Participação	... analisar como os Centros de Referência da Assistência Social contribuem para a efetivação do controle social.
Artigo 32	Gestão	Controle social e acesso à informação – construindo relações a partir da política de assistência social	Origem desconhecida	Política de assistência social, controle social, acesso à informação pública, Brasil	O trabalho estabelece a relação entre controle social na política de assistência social (PAS) e direito de acesso às informações [...]
Artigo 33	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Um breve percurso sobre o benefício de prestação continuada: sua aproximação com a assistência social e o controle social	PA	Benefício de Prestação Continuada, Assistência Social, Controle Social, Conferência Nacional de Assistência Social.	... análise da história do Benefício de Prestação Continuada desde sua implementação [...] analisa a relação deste benefício [...] com o controle social realizado por meio das Conferências Nacional de Assistência Social.
Artigo 34	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Avanços e desafios do controle social democrático da política assistencial: Monitoramento e Avaliação, pela Esfera Pública, da Rede Parceria Social do RS	RS	Controle Social Democrático; Política de Assistência Social; Monitoramento e Avaliação; Esfera Pública; Rede Parceria Social	... analisar os processos de controle social, monitoramento e avaliação das Carteiras de Projetos da Rede Parceria Social do RS[...]
Artigo 35	Sem classificação	De que controle social se trata? Do capital ou do trabalho?	Origem desconhecida	Controle social, capital, trabalho, política.	... abordamos a temática controle social. Referenciada na concepção marxiana recuperamos as bases históricas, teóricas do controle na sociedade capitalista [...]
Artigo 36	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Controle social e conselhos locais de saúde em Teresina	UFPI-PI	Controle social, conselhos locais e SUS	...o controle social nos Conselhos Locais de Saúde de Teresina, compreendendo, como se desenvolve o controle social no SUS e quais os limites e possibilidades.
Artigo 37	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Reflexões teórico-críticas sobre as noções de controle social.	Origem desconhecida	Controle Social, Política Social, Emancipação Humana.	.. estudo teórico da categoria controle social, tendo em vista a construção da crítica ao controle social na ordem do capital e sua operacionalidade[...]
Artigo 38	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	A gestão pública e o controle social da política de assistência social em Teresina / PI	PI	Assistência Social, Gestão Pública e Controle Social	... relato de experiência acerca da gestão pública e do controle social da política de Assistência Social em Teresina-

Artigo 39	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Controle social: instrumento de regulação burguesa da participação popular no marco da democracia liberal?	Origem desconhecida	Democracia; Controle Social; Assistência Social.	Tendo por base o materialismo histórico de inspiração marxiana, procurou-se refletir sobre o controle social no Brasil e suas particularidades junto à política de assistência social[...]
Artigo 40	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Descentralização e controle social da assistência social no Brasil: Um Estudo sobre o Processo de Formação das Comissões Locais do Município do RJ	RJ	Descentralização, Controle Social, Assistência Social, Comissões Locais, Município do Rio de Janeiro	... controle social na área da assistência social no Brasil, como sendo uma diretriz constitucional que pode [...] contribuir para uma descentralização democrática dessa área.
Artigo 41	Sem classificação	Considerações sobre controle social.	UEL – PR	Conselho, controle Social, participação social	...enfoca o tema controle social e aspectos a ele relativos tais como sociedade civil, participação, política pública e conselhos de direitos.
Artigo 42	Sem classificação	Políticas públicas de atendimento aos direitos da pessoa idosa o papel das instâncias de controle social.	UFP –PI	Controle social, políticas públicas, envelhecimento, participação social.	O presente texto aborda as reflexões sistematizadas a partir dos resultados da pesquisa realizada sobre a avaliação do processo de implementação de políticas públicas voltadas para o atendimento dos direitos da pessoa idosa
Artigo 43	Gestão	Gestão municipal e controle social do programa bolsa família	UFSC - SC	Política Social. Programa Bolsa Família. Controle Social.	... os processos de gestão em seus aspectos de implementação e controle social do Programa Bolsa Família.
Artigo 44	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Assistência social enquanto política pública e sua inserção no campo dos direitos sociais: limites e desafios à efetivação do controle social.	Origem desconhecida	Assistência Social – Conselhos – Serviço Social	... uma abordagem sobre o processo de efetivação da assistência social enquanto política pública e analisa o controle social da Política de Assistência Social[...]
Artigo 45	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Conselhos gestores e o exercício do controle social: A realidade do município de Camaragibe- PE.	PE	Sociedade civil; participação; conselhos gestores; controle social.	O presente estudo busca analisar a atuação dos conselhos gestores a nível municipal, particularizando o município de Camaragibe- PE.
Artigo 46	Ênfase na Infância e Juventude	A criança e o adolescente, a política pública e o controle social	UFRN	Criança e adolescente. Políticas públicas. Controle Social.	... levantar alguns elementos para reflexão sobre a política pública do segmento infanto-juvenil [...] destacando o controle social.

Artigo 47	Política Social e Serviço Social: Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Conselho municipal de assistência social de Cuparaque/MG possibilidades para o exercício do controle social	MG	Democracia, Controle Social, Participação	... o exercício do controle social no em Cuparaque, MG a partir de uma análise sobre o Conselho Municipal de Assistência Social.
------------------	---	---	----	---	--

Fonte: Dados extraídos do CD-ROM: ENPESS 2010. Elaboração da autora.

Tabela 7 – Identificação dos trabalhos que abordaram a participação e o controle social no 13º ENPESS 2012

	Eixo Temático	Título	Instituição / Estado	Palavra chave	Resumo
Artigo 1	Concepção	Desafios da participação popular nas ações de educação em saúde	Programa de Educação pelo Trabalho (PET-Saúde) da Universidade Estadual do Ceará -CE	Programa Saúde da Família, participação popular, educação em saúde	O texto analisa a participação popular no Programa de Saúde da Família, especialmente nas ações de educação em saúde.
Artigo 2	Controle Democrático e Sujeitos Políticos	A participação da sociedade civil no conselho nacional de assistência social (CNAS)	CNPQ - Brasília	Representação, Assistência social e controle democrático	O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios da participação da sociedade civil nos processos decisórios, tendo como estudo empírico o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).
Artigo 3	Ênfase em Direitos Humanos	Terceira idade a participação social como canal de exercício da cidadania	Residência do HC- UFTM - MG	Cidadania, Terceira Idade e Serviço Social.	O artigo tem como tema a cidadania na terceira idade[...]. A pesquisa tem como objetivo conhecer a participação social da Terceira Idade como canal do exercício da cidadania.
Artigo 4	Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Assistência social, participação popular e hegemonia burguesa no Brasil.	UFPE - PE	Assistência social; participação popular; hegemonia social.	Esse artigo apresenta uma crítica dos processos participativos educativos na assistência social.
Artigo 5	Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Participação e representação no conselho municipal de assistência social: Um debate necessário	RJ	Participação; representação; conselho municipal de assistência social.	Este artigo é um esforço inicial em sistematizar e analisar os resultados da pesquisa sobre participação no Conselho Municipal de Assistência Social de Mesquita/RJ

Artigo 6	Sem classificação	A participação da sociedade civil nos conselhos municipais da criança e do adolescente – possibilidades e limites	PUC -SP	Sociedade civil; participação; hegemonia	Este texto [...] objetiva discutir a participação da sociedade civil nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente
Artigo 7	Sem classificação	O associativismo e a participação como estratégias de ação às questões apresentadas pela doença de chagas.	Sem origem	Associativismo - doença de Chagas- participação	... observar e analisar a participação dos doentes de Chagas no processo associativo e como as associações desenvolvem ações estratégicas para atender suas necessidades e efetivar o direito de assistência à saúde.
Artigo 8	Movimento Social e Serviço Social	Participação social, democracia e cidadania resgate do debate conceitual dos anos 1990 no Brasil.	PUC - SP	Participação, democracia, cidadania	Pretende-se nesse artigo resgatar a construção do conceito de participação nos períodos dos anos 1970 a 1990, dialogando com autores das ciências sociais e do serviço social.
Artigo 9	Sem classificação	Território CRAS e a participação dos usuários da política da assistência social	Sem origem	Política de Assistência Social. Território. Participação.	... reflexões sobre A Política Nacional de Assistência Social que incorpora [...] a participação popular como seus eixos estruturantes, que se viabilizam através dos CRAS, no âmbito dos municípios.
Artigo 10	Outras	Os desafios da participação nos processos decisórios da política de desenvolvimento urbano no Brasil.	Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista -SP	Habitação, saneamento, gramáticas políticas, processos decisórios	... averiguar as influências das arenas políticas e as características e abrangências dos processos decisórios assumidos nos encaminhamentos sobre financiamento, planejamento e execução das ações e sobre a existência de pactuação participativa, considerando os agentes envolvidos.
Artigo 11	Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Participação e controle social: as principais características sobre as atribuições dos conselheiros municipais de assistência social em Santa Catarina	UFSC - SC	Participação; Controle Social; Conselhos Municipais de Assistência Social; Estado de Santa Catarina.	O artigo caracteriza o desenvolvimento das atribuições dos Conselhos Municipais de Assistência Social do Estado de Santa Catarina [...] em Florianópolis.

Artigo 12	Controle Democrático e Sujeitos Políticos	A participação em saúde: um olhar para além dos espaços institucionalizados	Sem origem	Política de saúde, participação, controle social	... a participação da sociedade na política de saúde e a necessidade de fortalecer estratégias de organização sócio - política de segmentos populares, para além dos espaços institucionalizados de participação e controle social no Sistema Único de Saúde – SUS.
Artigo 13	Ênfase na Educação	O olhar da juventude: ensino, participação e trabalho em debate	AM	Juventude, Políticas Públicas, ProJovem Urbano.	... conhecer a visão do aluno do Projovem Urbano no Amazonas, [...]. Para tanto, investigou-se, [...] sua percepção sobre o processo de Ensino - Aprendizagem, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.
Artigo 14	Ênfase em Geração	Em Caruaru a juventude dança! movimento hip hop, participação e pobreza	PE	Juventude; Movimento Hip Hop; Participação; Pobreza.	... refletir acerca da participação no movimento hip hop em Caruaru, considerando a situação de pobreza e desigualdade nas quais os jovens estão imersos.
Artigo 15	Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Os representantes e sua participação sociopolítica no conselho municipal dos idosos de Manaus	UFAM – AM	Participação – Conselho - Controle Social	São significativos estudos que revelam a dinâmica de espaços de participação e controle social pós 88.
Artigo 16	Movimento Social e Serviço Social	Democracia e participação: sentidos e usos no serviço social.	UFSC - SC	Democracia, tipos de democracia, participação, sociedade civil.	Abordam-se os usos e sentidos das democracia e participação pelo Serviço Social, na abordagem histórico-conceitual e em trabalhos de Serviço Social.
Artigo 17	Movimento Social e Serviço Social	Associativismo urbano e participação na gestão da cidade: uma análise da zona Norte de Teresina-PI	Universidade Federal do Piauí -PI	Associativismo. Gestão pública. Movimento Popular.	Estudo quanti-qualitativo na busca de conhecer o associativismo popular urbano da zona Norte de Teresina, particularmente as entidades que operam a partir de reivindicações por [...] acesso as decisões políticas na gestão da cidade.
Artigo 18	Sem classificação	Exercício do controle social: um estudo sobre a participação de assistentes sociais que representam o CRESS/SE em conselhos de direitos ou de políticas públicas	SE	Controle social, participação, conselhos de direitos.	O artigo é fruto de pesquisa desenvolvida junto à Comissão de Políticas Públicas e Controle Social do CRESS/SE 18ª Região [...] As reflexões aqui apresentadas trazem seguem no sentido de buscar problematizações na temática.

Artigo 19	Movimento Social e Serviço Social	Participação coletiva e efetivação de direitos sociais no assentamento novo Pântano Mariano	MG	Movimentos sociais. Consciência crítica. Efetivação de direitos	.. pensar sobre os movimentos sociais, refletindo como um movimento social organizado de luta pela terra contribui para a construção de processos de autonomização, consciência crítica e reflexiva e efetivação de direitos sociais entre os trabalhadores rurais.
Artigo 20	Ênfase no Serviço Social na América Latina e Relações Internacionais	Participação, controle social e práticas emancipatórias: a interface dos movimentos populares e conselhos de políticas	UECE - CE	Movimentos sociais; participação; controle social; emancipação	A pesquisa qualitativa de campo nas instâncias participativas em Fortaleza buscará as interpretações dos “atores sociais ativos” sobre os movimentos sociais contemporâneos, e o diálogo analítico[...]

Controle Social

	Controle Democrático e Sujeito Político	O controle social frente ao paradigma da subalternidade e da alteridade.	Sem origem	Controle social, participação, usuário, capacitação, assistência social.	Este trabalho busca socializar a análise que temos empreendido no projeto de pesquisa acerca da trajetória do controle social na política de assistência social, localizando a presença dos usuários.
Artigo 22	Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Controle social do programa Bolsa Família em Maués/AM: desafios no acesso aos direitos socioassistenciais	AM	Controle Social; Política Pública de Assistência Social; direitos socioassistenciais	... apresentar os resultados do estudo realizado junto às famílias em situação de vulnerabilidade social beneficiárias do Programa Bolsa Família.
Artigo 23	Controle Democrático e Sujeitos Políticos	O instituído e o instituinte do “controle social” da assistência social no Brasil pós-SUAS.	Sem origem	Política Social, Assistência Social, Controle Social, Conselhos.	... o processo político-evolutivo do Conselho Nacional de Assistência Social no período que denominamos pós-SUAS [...] todavia, busca evidenciar o cenário de tensões onde estas Resoluções são debatidas e finalmente aprovadas [...]
Artigo 24	Sem classificação	Capacitação de conselheiros no controle social da política de assistência social.	Sem origem	Política de Assistência Social; Controle Social; Municípios.	... a experiência da Capacitação de Agentes Públicos de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família, realizada pelo MDS conselheiros membros dos CMAS e das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família, [...]
Artigo 25	Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Controle social e desenvolvimento territorial: desafios de um processo em construção.	RJ	Desenvolvimento territorial, controle social, poder público	... introduzir reflexões acerca da participação da sociedade civil nas medidas e ações do poder público local e os reflexos dessa participação no desenvolvimento local. [...]

Artigo 26	Sem classificação	Controle social nas políticas públicas da educação: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	Sem origem	Indicadores de desempenho educacional, IDEB, formação docente.	... uma abordagem ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Com dados aferidos a partir desses indicadores é possível conduzir uma melhor política pública educacional, propondo metas e ações quando necessário.
Artigo 27	Sem classificação	Controle social, democracia e conselhos gestores de assistência social.	BA	Controle Social; Democracia; Conselhos Gestores.	... análise sobre a atuação e dinâmica dos CMAS na Bahia, enfatizando o debate sobre a participação e o controle social como categorias preconizadas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Assistência, na condução do exercício democrático e acompanhamento da gestão
Artigo 28	Controle Democrático e Sujeitos Políticos	O controle social no estado Paraíba: conselhos de saúde e a gestão participativa no discurso produzido pelas Conferências de Saúde.	Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba (NESC/UFPB) - PB	Controle Social, Participação, Sistema Único de Saúde	... analisar os discursos produzidos nos relatórios das Conferências de Saúde: XIII conferência Nacional de Saúde; VI Conferência Estadual de Saúde (Paraíba) e V Conferência Municipal de saúde (município de João Pessoa) sobre a gestão democrática e as competências dos conselhos de saúde.

Fonte: Dados extraídos do CD-ROM: ENPESS 2012. Elaboração da autora.

Quando observadas as tabelas 6 e 7 acima, no que diz respeito à origem dos artigos apresentados nos ENPESS 2010 e 2012, identificaremos que as publicações estão concentradas na Região Nordeste com 19 artigos, contando com publicações da maioria dos seus estados, seguidos dos sem região específica com 18 artigos, e com a Região Sudeste com 16 artigos. No entanto, se considerarmos a origem institucional, perceberemos que a maioria está vinculada as universidades públicas sendo 45 deles, seguido dos sem instituição específica, referidos a 28 artigos, e apenas 1 artigo foi classificado sendo de Instituições de Serviço. Pode-se analisar que um fator importante para que grande parte dos trabalhos seja proveniente dessas regiões deve-se ao fato de nelas estarem localizadas importantes universidades: na região sudeste UFRJ, UERJ, UFF, PUC-RJ, UNESP, PUC-SP, UFES E UFJF e na região nordeste UFAL, UFPI, UFMA, UFPB, UFPE, UFRN, UCSAL, que são universidades importantes e que concentram programas de pesquisa e pós graduação em serviço social. Contudo o que chama a atenção são as não informações tanto de região da origem do artigo quanto da instituição, visto

que artigos seguem padrões da ABNT e que estas informações normalmente se encontram nos elementos pré-textuais do artigo onde figuram na primeira página com a autoria e um breve currículo. Entre outros padrões que não aparecem nos trabalhos aprovados pelos eventos, como o resumo, inclusive trabalhos que apresentavam somente um projeto.

Ao visualizar os títulos dos artigos, destacam-se as expressões: Participação da população/do usuário/social; democracia; controle social e políticas públicas; conselhos; e principalmente na área da Política de Assistência Social. Sendo quase que unânime essas expressões citadas, parecendo bastante expressivos em se tratando do tema em estudo, contudo, estes dados vistos de forma isolada do seu contexto apenas retratam os princípios dos espaços de participação, porém se faz necessário vinculá-los ao conteúdo dos trabalhos desenvolvidos.

Novamente enfatizamos aqui os desafios e limites da profissão que provavelmente são os reflexos dos poucos artigos, em comparação com o todo do evento, com o tema participação e controle social encontrados nas publicações do evento pesquisado. São desafios esbarrados nas perspectivas neoliberais em que os espaços de participação podem se constituir em mecanismos de legitimação do poder dominante e cooptação dos movimentos sociais, que em vez de controlar passam a ser controlados. Isto se dá através do discurso participacionista e de controle social na busca das parcerias com a sociedade para enfrentar os problemas sociais de forma solidária, controlando os gastos que deveriam ser mínimos, racionalizados e eficazes. Este é o controle social que interessa às classes dominantes e é funcional para a preservação do seu domínio (CORREIA, 2005). Assim é necessário que o profissional do Serviço Social chamado para participar da gestão das políticas públicas (formular, organizar e assessorar os mecanismos de participação) tenha clareza e competência dos aportes teóricos, dos conhecimentos históricos da profissão, quanto das políticas públicas para que não seja cooptado pelas mazelas do poder dominante do capital, podendo assim desenvolver uma prática coerente com o compromisso ético-profissional assumido com a classe trabalhadora.

3.2 REFERENCIAS E CONCEITOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Dentre as publicações apresentadas, os referenciais normativos mais utilizados pelos Assistentes Sociais foram a Lei Orgânica da Assistência Social, seguidos da Constituição Federal de 1988, do Código de Ética dos Assistentes Sociais e a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde. Com relação à referência teórica e autores do Serviço Social usados na construção dos artigos que os referenciavam para abordar o tema participação e controle social, destacam-se: Ammann, S. B.(1978); Maria Inês Souza Bravo (1996, 2006, 2009...); Maria Valéria Costa Correia (2002, 2004); Ana Elizabete Mota (2004); Tânia Regina Kruger (2010); Potyara A. Pereira (1996); Raquel Raichelis (2000, 2007); Maria Carmelita Yazbek; Rodriane de Oliveira Souza (2007, 2008,); Beatriz Augusto de Paiva (2001); Vera Maria Ribeiro Nogueira (2001); Maria Ozanira da Silva e Silva (1989); entre outros.

Em meio aos autores de outras áreas encontramos educadores, sociólogos, economistas, médicos, entre outros. Os principais são: Avritzer, L. (2007, 2009); Bordenave, J. E. D.(1983); Dallari, D. de A(1984); Pateman, C.(1992); Teixeira, E. C.(2002); Ugarte, P. S.(2004); CAMPOS, Edval Bernardino; GOHN, Maria da Glória; SANTOS, Boaventura S.(2002); Sarah Maria Escorel de Moraes; SAWAIA, Bader. (2001); e demais. Esses sempre se tratando do tema participação e controle social.

Ao analisar este quantitativo é perceptível que são poucos os autores que têm enfatizado o trabalho dos assistentes sociais nas instâncias de controle democrático. Dados esses já trazido por outros autores em seus trabalhos como explana Bravo (2009). Entretanto, temos inúmeros autores de outras áreas, sem ser o Serviço Social, que são muito utilizados para debater o tema em tela, como a autora Maria da Gloria Gohn que muito foi referenciada nos artigos aqui utilizados para pesquisa.

Para melhor expor os artigos já identificados em termos de concepção e organização da participação e controle social nas tabelas 6 e 7, buscou-se tratá-los de forma individual. Porém em menor número, pois somente serão expostos os que de fato fazem correlação da participação e controle social para com o Serviço Social. Esses foram numerados conforme a tabela 6 e 7 e serão agrupados conforme os conceitos apresentados. Assim seguem abaixo primeiramente os artigos identificados no 12º ENPESS:

Artigo 14 – Para o seguinte artigo o “controle social é entendido como a capacidade que a sociedade tem de influir sobre a gestão pública com o objetivo de banir as práticas fisiológicas

e clientelísticas que conduzem a privatização da ação estatal” (ARTIGO 14, 2010). O presente artigo também apresenta o trabalho do Serviço Social junto ao controle social, sinalizando que este,

é uma possibilidade em construção. Daí a importância de se ter vivência política constante e de qualidade (Vasconcelos, 2009), pois as dificuldades, as insatisfações e a indignação serão canalizadas como forças propulsoras, que impulsionam o movimento vencendo posturas que se acomodam ao status quo. Essa que a diferença entre o Serviço Social e os demais segmentos profissionais (Iamamoto, 2001). (ARTIGO 14, 2010)

Vale destacar que este artigo reforça a conclusão identificada por este trabalho de conclusão de curso, quando a autora deixa claro em seu texto a dificuldades sentidas na elaboração do mesmo devido à falta de referências sobre “o trabalho do Assistente Social junto aos movimentos sociais e sindical e controle social, nesse sentido, sugere estudos posteriores e mais sistematização e divulgação nessa área.” (ARTIGO 14, 2010)

Artigo 21 – Este Artigo entende participação

Numa concepção mais usual, participar significa tomar parte ou ter parte em algo, ou, ainda, fazer ou ser parte de algo (BORDENAVE, 1994, p.22). Assim, podemos observar a participação popular como um importante instrumento, segundo Silvio Caccia Bava, “de intervenção periódica, refletida e constante nas definições e nas decisões das políticas públicas, segundo” (BAVA, 1994, p. 9). A Participação popular, entretanto, não deve ser vista somente em momentos importantes na história da política, mas como uma construção no cotidiano da vida social. (ARTIGO 21, 2010)

E ainda que “participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo”. E agrega ao profissional do Serviço Social cabendo a este,

manter o vínculo do usuário com o serviço ao longo do tempo, promovendo a integralidade através de ações intersetoriais e da abrangência do conceito de saúde, não se limitando puramente ao biológico. É desse contexto que surge a importância de conscientizar a população no processo de construção de direitos sociais, através de uma participação ativa e consciente da comunidade. (ARTIGO 21, 2010)

Artigo 18 – O artigo conceitua o controle social é,

um processo de articulação entre atores sociais que tem olhares distintos sobre a realidade e que são portadores de interesses diversos, nem sempre convergentes e harmônicos, onde as disputas de poder, os conflitos e consensos estão presentes (ARTIGO 18, 2010)

E seu exercício é representado na maioria das vezes pelos “conselhos e conferências, enquanto instâncias que protagonizam a participação da comunidade na gestão do sistema...” (ARTIGO 18, 2010). E também pondera que,

os/as assistentes sociais atuam para facilitar o acesso dos usuários à garantia de seus direitos, fortalecendo as práticas de “Controle e Participação Social” como

possibilidade porque também se constituem em princípios fundamentais no Código de Ética do Serviço Social, a “defesa intransigente dos direitos humanos”, a “ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”, o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” etc (ARTIGO 18, 2010)

Artigo 11 – Este artigo entende o papel do Assistente Social,

Enquanto agente público, estamos cumprindo o que preconiza a política nacional de assistência técnica e extensão rural [...] é incentivar a construção e consolidação de formas associativas [...] e fortaleçam a capacidade de intervenção coletiva dos atores sociais como protagonistas dos processos de desenvolvimento[...] (ARTIGO 11, 2010)

E entende o espaço de participação como “processos de gestão, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas [...] através de um trabalho descentralizado e participativo.

Artigo 23 – O artigo reflete sobre o avanço neoliberal e seus resultados na organização dos trabalhadores. E que este que acomete,

Os ataques aos trabalhadores que atuam no setor das políticas sociais têm o objetivo de enfraquecer qualquer movimento contrário à busca de superlucros do capital. Behring (2002) constata que a política social configura-se, no contexto da estagnação, como um terreno importante da luta de classes. (ARTIGO 23, 2010)

Desta forma, os reflexos dos avanços neoliberais ao alcançarem os profissionais do Serviço Social, os quais a priori teriam formação crítica, atinge a participação política profissional de tal maneira que o número de profissionais que estão filiados a algum sindicato ainda é muito reduzido. E a autora comprova dada teoria quando observado empiricamente através de questionar aos colegas de trabalho, se de alguma forma alguém participa do movimento sindical. Com a réplica de que “desacreditaram neste tipo de instituição, outros desconhecem o debate sobre participar por ramo ou categoria e tem os que se referem à falta de propostas em torno da luta por melhoria nas condições de trabalho e salários da própria categoria.” (ARTIGO 23, 2010).

Assim apresentados os artigos filtrados da publicação do 12º ENPESS, é possível identificar que os três primeiros artigos (Artigos, 14, 21 e 18) exploram o conceito de participação e Serviço Social a partir da Política de Saúde. Porém o artigo 14 discute o conceito dos espaços participativos com mais propriedade e afinidade perante o utilizado neste trabalho, visto que os demais utilizam dos conceitos superficialmente. Já com relação a profissão do Serviço Social com o tema participação o artigo 18 discutiu com mais qualidade, dispondo que o assistente social tem papel socializador perante as informações, defensor dos direitos sociais

e compromisso com a classe trabalhadora.

Os dois últimos artigos (Artigo 11 e 23), problematizam a participação no espaço dos movimentos sociais. O artigo 11 trata de uma intervenção profissional, que, apesar de curto, alcança os objetivos de conceituar os espaços de participação e o papel do assistente social nesses, apresentando a importância do profissional vincular-se com as instâncias da sociedade civil que representam os interesses populares potencializa e possibilita uma construção de uma legitimidade sociopolítica de suas ações, ou seja, atendendo ao seu projeto profissional. O artigo 23 curiosamente não discute os conceitos diretamente, porém resgata o questionamento dos assistentes sociais não estarem inseridos nos movimentos sindicais e outros espaços do mesmo gênero, atribuição essa marcada no Código de Ética da profissão. Além do mais a autora desse instiga que a categoria discuta e reflita esta temática futuramente.

Referente os artigos do 13º ENPESS, seguem abaixo:

Artigo 3 – Este artigo trata da participação como sendo inerente a Constituição Federal e suas políticas públicas. E quanto ao Assistente Social esclarece que este deva,

incentivar o idoso a exercer sua cidadania por meio de várias ações de participação social [...]. A atuação do assistente social deve propiciar ao idoso o acesso à informação sobre as políticas e direitos sociais como condição necessária para o subsídio dos segmentos nas escolhas, a partir de seus interesses, necessidades e demandas. (ARTIGO 3, 2010)

Artigo 16 – O artigo conceitua participação de forma que,

Na democracia a participação está associada ao quem, como, quando e para que participar, como demonstrado em Ugarte (2004). De forma geral participação é definida como fazer parte. Assim, é condição da própria existência humana, pois na medida em que vivemos, estamos inseridos e participamos da vida familiar, escolar, de trabalho, e demais instituições necessárias para mediar à vida social (ARTIGO 16, 2010)

E quanto relacionado ao Serviço Social a autora alega que,

a participação, apesar de tema presente desde a institucionalização da profissão Serviço Social no Brasil, não tem sido abordado especificamente pelo Serviço Social nas duas últimas décadas. As abordagens mais específicas datam da década de 1980, como por exemplo, Souza (1987). Apesar disto, nas duas últimas décadas, a profissão tem atuado em processos participativos pela via da institucionalidade democrática-participativa decorrente da constituição federal de 1988, como demonstrado na pesquisa realizada por Back (2010). Ainda, pode-se inferir que a atuação da profissão para garantir e consolidar direitos tem ocorrido pela instituição dos conselhos gestores de políticas públicas. Neste processo foram definidas atribuições profissionais ao Serviço Social, como por exemplo, a atuação em processos político-organizativos e atuação com participação, mas ambos têm ainda definições frágeis tanto em termos conceituais como em termos procedimentais, de técnicas de operacionalização enquanto elaborações específicas deste campo de conhecimento. (ARTIGO 16, 2010)

Artigo 18 – Para o seguinte artigo a função do Assistente Social para com os espaços de

participação é o dever da

clareza que sua atuação segue em direção à defesa dos interesses dos usuários, da melhoria de suas condições de vida, da ampliação e consolidação das políticas públicas e demais ações que contribuam para uma sociedade menos desigual, mais justa e democrática.

E se tratando de controle social o artigo sintetiza que este é “instrumento de participação democrática e na consolidação da democracia e da cidadania”. E suas instâncias são:

espaços autônomos e privilegiados de participação e controle social, onde os sujeitos podem atuar de forma independente entre si, em prol do bem comum e da melhoria das condições de vida e dos serviços, programas, projetos e benefícios destinados pelo poder público à sociedade brasileira (ARTIGO 18, 2010)

Desta forma, esses apresentados foram os trabalhos publicados no ENPSS e filtrados por este TCC conforme já explicitado anteriormente. Esses três artigos não foram agrupados devido suas diferentes abordagens. O artigo que mais se identifica com este presente trabalho em termos de discussão e conceitos, foi o artigo 18. Este faz suas argumentações referentes ao tema com os conselhos de plano de fundo, bem como entende a participação quanto instrumentos de consolidação da democracia; e o assistente social como defensor dos interesses e direitos coletivos com pretensão de alcançar uma sociedade democrática. Com relação ao artigo 16, foi curioso por ele ter uma estrutura parecida com este trabalho de conclusão de curso, apresentando autores que conceituam a participação, a trajetória do serviço social para com a participação, porém não parece deixar claro elaborações e conclusões próprias. E por fim, no artigo 3 o tema participação e serviço social está presente, afirma as importâncias deste assunto, porém sem aprofundá-lo com elementos teóricos e autores que o discutem com propriedade.

Como podemos identificar na apresentação dos artigos acima, sendo estes apenas oito dentre os 74 que abordaram de fato alguma perspectiva a correlação do Serviço Social, ainda à falta de um aprofundamento no debate dos autores, estes tratam a participação de forma branda, naturalizando-a, tratando-a como um conceito simples, a participação por participação. Mesmo que esses reconheçam tal importância do tema para o Serviço Social fogem do objetivo e focam apenas nas políticas públicas, de como são desenvolvidas, das necessidades dessas. Além do mais é perceptível a baixa utilização de autores do Serviço Social que discutem o assunto.

Esses fatos ocorridos também aparecem nos demais artigos filtrados para esta pesquisa, ainda pior, pois a fuga total do tema que aparece descrito no título e nas palavras chaves e completa naturalização da palavra. Como também, curioso foi a prevalência das Políticas de Assistência como plano de fundo dos trabalhos

Nestes todos trabalhos apurados foi perceptível a falta do debate técnico-operativo, das intervenções profissionais. Sabe-se que a teoria, o debate são dimensão indiscutíveis, porém a intervenção profissional é questão fundamental para a legitimidade ética, teórica e técnica da profissão. Segundo Miotto e Nogueira (2013, p.65):

as leituras de resultados de pesquisas que versam sobre a prática profissional em diferentes políticas setoriais, e o contato sistemático com assistentes sociais, inseridos nessas políticas, têm indicado a necessidade de aprofundar o conhecimento acerca da intervenção profissional, contextualizado-a no campo da política social. Isso porque, ao se introduzirem nos inúmeros espaços sócio-ocupacionais, é exigido dos assistentes sociais a apropriação do debate sobre intervenção profissional travado na sua área de conhecimento, e a necessidade de colocá-lo em movimento. Em movimento em um campo extremamente tensionado por projetos profissionais e societários em disputa, em uma dinâmica que expressa as contradições e os interesses sociais públicos e privados no contexto de processos coletivos de trabalho.

Outro fator evidenciado a partir da análise realizada dos artigos é a transitividade do Serviço Social para com as várias políticas sociais porém com os mesmos objetivos, de contribuir para a ampliação de uma cultura política crítica e democrática necessária ao efetivo controle democrático dos sujeitos coletivos, que buscam na arena pública defender a garantia dos direitos sociais, enquanto interlocutores e representantes dos interesses da maioria da população.

Contudo as pesquisas apontam sim a utilização do conceito de participação entendido como socialização do poder de decisão sobre algo coletivo que consolide a democracia social. Porém, muito pouco se viu nos artigos aqui pesquisados a utilização dos documentos legais referentes a profissão (Código de Ética, Lei de Regulamentação e os Parâmetros desenvolvidos pelo CFESS) esses que identificam as referências do Projeto Ético político do Serviço Social e apontam a participação como instrumento essencial na legitimidade da intervenção profissional.

Deste modo, o estudo sobre a temática participação e controle social, cujo resultado foi aqui brevemente delineado, permite compreender que o Serviço Social necessita de releitura crítica da tradição profissional, reapropriando-se das conquistas e habilitações perdidas no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente, assim propondo ações para seu cotidiano. Não basta atender a demanda que chega de forma individualizada e fragmentada. A ação profissional deve ter como objetivo o atendimento na sua totalidade, coletividade, entendendo que a participação e o controle social são atos políticos, que refletem o poder da sociedade em modificar, formular e deliberar sobre as políticas, buscando assim a construção da cidadania dos excluídos. Contudo é de extrema necessidade que a profissão deva buscar cada vez mais pesquisar e aprofundar

seus conhecimentos sobre participação para que o profissional proponha mudanças, pois pesquisar cada vez mais sobre o tema, torna-o um instrumento de extrema importância no processo de democratização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada acerca da prática profissional com o tema participação mostrou-se como uma importante instância de investigação e intervenção para a profissão. Com o intuito de desvelar como acontece a pesquisa dos profissionais de Serviço Social com participação, foi necessário resgatar os primeiros trabalhos de base, de mobilização e de formação sociopolítica. Assim, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre a participação e controle social, na tentativa de trazer elementos contemporâneos para entender como essas concepções se manifestam em tempo presente e, além do mais, como o Serviço Social utiliza-se desses argumentos para sustentar suas reflexões e atuação nesses espaços.

No estudo realizado sobre participação, encontraram-se inúmeros estudos versando sobre a questão participativa, tentando demonstrar a sua importância na atual conjuntura da sociedade, e de quanto seu exercício é importante para que ocorra a ampliação dos direitos sociais. É necessário que a sociedade participe das decisões de âmbito político e não se torne apenas uma mera receptora de recursos. Essa participação deve se dar através de mecanismos, como os conselhos e as conferências, que se constituem em espaços democráticos no qual a sociedade deve participar conjuntamente com o Estado das decisões sobre os rumos das políticas. É importante destacar que além destes mecanismos, além de poderem também participar de espaços não institucionalizados, como, os fóruns de políticas públicas, as associações e os movimentos sociais. Essa participação é de extrema importância, já que o rumo destas decisões pode influenciar na sua forma de vida. É por isto que elementos referentes a questão participativa devam ser considerados na profissão, uma vez que se têm objetivos através de uma intervenção que mobilize, incentive e medeie os processos participativos.

Advir disso, pode-se entender a participação como um direito a intervir nas decisões políticas e como forma de manifestar necessidades, desejos e interesses coletivos. Compreendendo-a como um processo pedagógico e político, em que os sujeitos participantes se envolvam, partilham e tomam decisões relacionadas às questões que os afetam coletivamente. A participação pode ser vista uma como ferramenta articuladora no alcance de objetivos que se integram para efetivar uma mudança social.

A partir desta análise avançamos para a pesquisa relacionada aos artigos publicados nos ENPESS de 2010 e 2013. Dentre as inúmeras publicações, foram estudadas apenas aquelas que se relacionavam com participação e controle social. Esclarecendo que, a participação tem se configurando como instrumento indispensável na atuação dos Assistentes Sociais como já

visto anteriormente nos mais variados espaços interventivos, analisando o controle democrático no contexto macrosocietário, que vem alterando as políticas sociais com retração dos direitos sociais, em que o Estado se afasta de suas responsabilidades sociais e as transfere para o âmbito da sociedade civil, o que tem contribuído para a fragmentação, focalização e precarização dessas políticas, exigindo dos profissionais de Serviço Social novas funções e competências. Sendo assim, cada vez mais, profissionais estão sendo chamados para combater as tendências de reforço do terceiro setor, de desresponsabilização do Estado e da participação cidadã, assim a participação e o controle social aparecem como ferramenta fundamental no cenário das atribuições profissionais.

Portanto é necessário que o Serviço Social busque cada vez mais pesquisar e aprofundar seus conhecimentos sobre participação. Pois, é necessário romper com o conservadorismo que se coloca nestes espaços e que acabam formando barreiras para a participação popular. Cabe ao profissional implementar um projeto de caráter universalista e democrático que aposta no avanço da democracia, fundado nos princípios da participação e do controle popular, da universalização dos direitos, garantindo a gratuidade no acesso aos serviços, a integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da equidade. E para tal é preciso afirmar a responsabilização do Estado na condução das políticas públicas, e da democratização das políticas sociais no atendimento às necessidades coletivas, implicando partilha e deslocamento de poder, combinando instrumentos de democracia representativa e democracia direta, o que ressalta a importância dos espaços públicos de representação e negociação. Supõe, portanto, politizar a participação, considerando a gestão como arena de interesses que devem ser reconhecidos.

Certamente isto é um grande desafio nos dias atuais, já que os canais participativos constituem-se na maioria das vezes como espaços de legitimação do poder dominante. Esse decorre da atual conjuntura em que as políticas sociais públicas tem privilegiado a focalização em oposição à universalização, enfatizando a despolitização e a tecnificação dos interesses sociais. Questões estas que deveria ser politizada com os movimentos organizados e nos espaços públicos de controle democrático são dificultados com o papel desmobilizador dos governos na sua relação com a sociedade. Assim as entidades da sociedade civil têm substituído as lutas coletivas por lutas corporativas restritas a grupos de interesses, atingindo assim os objetivos da burguesia.

Contudo, por esses motivos, que este trabalho procurou trazer para reflexão a importância da participação na prática como uma possibilidade de análise da realidade

profissional. Entretanto, vale ressaltar que, é possível que na formação acadêmica, a temática sobre a participação e seus fundamentos ontológicos não possuam o valor desejável para a formação do profissional, haja vista que a participação juntamente da ética orienta a prática que, por sua vez, pautam-se em um projeto ético-político transformador.

Concluo, as publicações e resultados de pesquisas na área da participação e controle social, realizados pelo Serviço Social parecem reduzidas. É necessário, que o serviço social pesquise e se atualize cada vez mais neste assunto, que é de extrema importância para desencadear processos de democratização. Os percentuais de pesquisas nesta área são contraditórios com toda a retórica do Projeto Ético Político da profissão. Isto é, a ênfase que é dada ao tema da participação em todos os documentos e publicações que se referem à direção ética-política da profissão nas duas últimas décadas não se revela neste conjunto de pesquisas analisadas. Assim cabe ao profissional propor mudanças, pesquisar cada vez mais sobre o tema, que é um instrumento de extrema importância para as transformações sociais.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Anais/CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. UERJ. Rio de Janeiro. 2010.
- ABEPSS. Anais/CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. UFJF. Juiz de Fora. 2012.
- ABRAMIDES, Maria beatriz Costa. **Desafios do Projeto Profissional de ruptura com o conservadorismo**. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 91. São Paulo: Cortez, 2007, p. 34-48.
- ABREU, M. Marina. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Participação social**. 2 ed. / rev. e amp. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980, 133p
- BAPTISTA, Myrian Veras. **A participação como valor e como estratégia de ação do Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 25, VIII, São Paulo: Cortez, 1987. p.83-109.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **A inscrição da ética e Direitos Humanos no projeto ético-político do Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade 79, ano XXIV, São Paulo: Cortez, 2004, p.27-42.
- _____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo, Cortez, 2001.
- BRASIL. **Lei de Regulamentação da Profissão**, nº 8662, de 07 de junho de 1993.
- BRAVO, Maria Inês Souza. **Desafios atuais do controle social no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Serviço Social & Sociedade, v.27, n.88, p. 75-100, nov. 2006
- BRAVO, Maria Inês Souza. **O trabalho do assistente social nas instancias públicas de controle democrático**. CFESS/ABEPSS (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009, p. 393- 410.
- Bravo, Maria Inês. **Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate**1. In MOTA, Ana Elisabete et al. (orgs) *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo, Cortez, 2008. Disponível em http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-3.pdf – 29/08/2014
- BOBBIO, Norberto et. al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 4 ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção primeiros passos; 95).
- CARVALHO, Antônio Ivo de. **Conselhos de saúde no Brasil: participação cidadã e controle social**. Rio de Janeiro: FASE/IBAM, 1995. 135 p.
- CFESS. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão**. Brasília, 2014
- CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993**. 10ª ed. Brasília, 2012.
- CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1965**. ed. Rio de Janeiro, 1965. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf – 25/08/2014

CFESS. **O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito**. Brasília, 2011.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2011.

CFESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na política de educação**. Brasília, 2013.

CICONELLO, Alexandre; MORONI, José A. **Participação social no governo Lula. Avançamos?** Cadernos da Abong. 2005. Disponível em: file:///C:/Users/07964465988/Downloads/Conf_2005_%20Cnas_Conanda.pdf
Acesso em: 30 jul. 2014.

CORREIA, M. V. **Sociedade civil e controle social: desafios para o Serviço Social**. In. BRAVO, M. I. e MENEZES, J. Saúde, Serviço Social Movimentos Sociais e Conselhos (orgs.). São Paulo: Cortez. 2012, p.293 a 306.

CORREIA, Maria Valeria Costa. **Desafios para o controle social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2005. 278p

_____. **Controle social na saúde**. In: Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional, 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984. 99p. (Primeiros passos (Brasiliense); 2)

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo, Cortez Editora, 1988.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Conselhos de direito e intervenção profissional do Serviço Social**. In. BRAVO, M. I. e MENEZES, J. Saúde, Serviço Social Movimentos Sociais e Conselhos (orgs.). São Paulo: Cortez. 2012, p.293 a 306.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Confrontos teóricos do movimento de reconceitualização do serviço social na América Latina**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, v.8, n.24, ago. 1987, p. 49-69.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

GUERRA, Yolanda. **O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo**: elementos para o debate. In: Revista Katalysis v.8 n.2 jul/dez. 2005, p. 147-154. Florianópolis SC

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. CFESS/ABEPSS (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social : ensaios críticos**. 4. ed. São Paulo (SP): Cortez, 1997

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, Jose Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Disponível em http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf
Acessado em 05/08/2014.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. ampl. São Paulo (SP): Cortez, 2001. 176p.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pos-64**. 3. ed. São Paulo (SP): Cortez, 1996.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 161p

RAICHELIS, R. **Assistência Social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social**. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 56, março, p. 77-96. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998

_____. **A trajetória e o significado do controle social na política de assistência social: a diretriz constitucional em debate**. Caderno de textos da VII Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social/Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. **Notas sobre o Projeto Ético Político do Serviço Social**. Coletânea de Leis – CRESS 6ª Região – MG, 2004, p. 455-465. <http://www.funorte.com.br/files/servico-social/29.pdf>. Acessado em 03/10/2014.

SAWAIA, Bader. **Participação Social e Subjetividade**. In: SORRENTINO, Marcos (org.). **Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/Fapesp, 2001. p. 115-134

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2002. 311p

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 8. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2004. 231p.

SOUZA, Kátia Maria Araújo. **Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social**. – Aracaju, Unit, 2010.

TEIXEIRA, Joaquim Barata; BRAZ, Marcelo. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: Cfess, 2009. 760 p.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2006, p. 21-39.

YASBEK, Carmelita. **Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade**. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Mód. 04. Brasília, UNB, 2000.